

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
PROGRAMA DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**ANDRÉ BOARATTI**

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, ENTRE O DEBATE E A  
VISIBILIDADE: UM ESTUDO DE MÍDIA E CIDADANIA, A  
PARTIR DE HANNAH ARENDT E HABERMAS**

**Goiânia  
2009**

**ANDRÉ BOARATTI**

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, ENTRE O DEBATE E A  
VISIBILIDADE: UM ESTUDO DE MÍDIA E CIDADANIA, A  
PARTIR DE HANNAH ARENDT E HABERMAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social. Área de Concentração: Mídia e Cidadania. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás. Orientador: Prof. Dr. Luiz Signates.

**Goiânia  
2009**

B662p Boaratti, André  
A participação política, entre o debate e a visibilidade: um estudo de mídia e cidadania, a partir de Hannah Arendt e Habermas / André Boaratti. – Goiânia, 2009  
156f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Signates Freitas

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás.

1. Participação política - visibilidade 2. Mídia e Cidadania 3. Esfera pública 4. Hannah Arendt - Teoria 5. Habermas - Teoria I. Freitas, Luiz Antônio Signates (Orientador) II. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia.  
CDD 302.222 23

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Andréa Pereira dos Santos CRB-1/1873  
Biblioteca Professor Jorge Félix de Souza,  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

**ANDRÉ BOARATTI**

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, ENTRE O DEBATE E A  
VISIBILIDADE: UM ESTUDO DE MÍDIA E CIDADANIA, A  
PARTIR DE HANNAH ARENDT E HABERMAS**

**Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:**

---

**Prof. Dr. Luiz Signates**

---

**Prof. Dr. Luiz Martins**

---

**Prof. Dr. Magno Medeiros**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus pais, Anísio Boaratti e Maria José Oliva Boaratti que muito me apoiaram desde o início desta jornada. Devo-lhes tudo.

Aos meus irmãos, Denise, Fernando, Márcia e Telma. Sem eles, minha vida não faria qualquer sentido.

À minha companheira, Giselle Borges, que sempre demonstrou muita expectativa em relação ao meu trabalho.

Em especial, ao meu orientador, prof. Luiz Signates, pelos ensinamentos valiosos e dicas fundamentais que tornaram possíveis a consecução desta dissertação.

Às contribuições dos professores da Facomb que contribuíram para o aprimoramento das discussões presentes no trabalho.

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudos que viabilizou todo o desenvolvimento da pesquisa dissertativa.

Aos dedicam suas vidas por um mundo mais humano e acreditam na possibilidade das mudanças sociais ocorrerem por meio do diálogo.

**A todos aqueles que não perderam as esperanças de construir um mundo melhor.**

“[...] quem deseja fazer do prazer o fim último de toda ação humana, é levado a admitir que não o prazer, mas a dor, não o desejo, mas o medo são os seus verdadeiros guias.”

Hannah Arendt

## RESUMO

A problemática da participação política, comumente trabalhada na Ciência Política, ganha uma nova abordagem a partir da Comunicação Social. Para tanto, o referencial teórico utilizado no trabalho foram as contribuições de Habermas e Arendt no que diz respeito ao conceito de esfera pública. Nesse sentido, a participação política localiza-se no âmbito da ação comunicativa nos espaços públicos da fala por cidadãos livres e iguais. Os agentes se igualam a partir do pressuposto de que todos têm condição de argumentação, sendo assim, a cidadania é um processo dialógico de construção do espaço público que não apenas tem a função social de pressionar as esferas representativas, mas principalmente, servem como fundamento para as instituições democráticas. O conceito de poder de Arendt recoloca a importância da participação política como condição suficiente para a democracia. A questão agora é saber qual o papel dos meios de comunicação para a construção de uma democracia pautada pela participação cidadã. Em primeiro lugar, o termo “meios” de comunicação foi substituído pelo conceito de “instituições de comunicação”, já que as mesmas não se comportam como mero transmissores de conteúdo, mas sim, são atores nas relações sociais, antes de mais nada. Os efeitos atomísticos das instituições de comunicação sobre as pessoas são relativizados na medida em que se leva em conta a importância do processo de interpretação das mensagens midiáticas no ambiente de recepção. Processo tal que se dá muitas vezes nos ambientes familiares, nos lares, na esfera privada. A cidadania passiva, nesse sentido, ocorre no espaço privado, na medida em que todos quando nascem recebem do Estado a condição normativa de cidadãos. A cidadania só vai além do pressuposto normativo quando as pessoas têm posse das informações responsáveis pela mobilização da opinião pública. A formação da vontade geral ocorre não somente nos espaços públicos, mas principalmente na esfera privada em que a mídia televisiva é ainda a principal fonte de informação para os cidadãos. A condição para que a cidadania torna-se ativa, no espaço público da fala, é a recepção. Porém, os cidadãos, enquanto audiência, exercem influência na produção dos conteúdos veiculados pela mídia, através de um processo de conscientização empreendido por atores sociais, como por exemplo, a campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, empreendida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Por meio da atuação dessas organizações sociais, o cidadão passivo, dentro do seu lar, adquire um critério seletivo que orientará o processo de recepção. Portanto, a participação política tem início não somente no espaço público, mas sim, no ambiente privado do lar, durante a recepção dos conteúdos midiáticos. Nesse sentido, a participação política pode desempenhar o papel como categoria chave para se pensar as relações entre mídia e cidadania, ou seja, até onde vai o limite de um e de outro, e de que forma ambas contribuem para uma democracia não somente como regime político, mas como forma de vida social.

## SUMÁRIO

Introdução-----pág. 13

**Capítulo 1: O problema da participação política como referencial para as possíveis relações entre mídia e cidadania**-----pág. 15

1.1- Considerações preliminares acerca da noção de participação política-----pág. 17

1.2- Participação política e cidadania: possíveis relações conceituais-----pág. 19

1.3- Esfera Pública e cidadania-----pág. 28

1.4- Mídia e cidadania -----pág. 30

**Capítulo 2: conceito de espaço público em Hannah Arendt**-----pág. 38

2.1- O totalitarismo e a Sociedade de Massa-----pág. 38

2.2- Propaganda e terror-----pág. 43

2.3- O Isolamento e o fim da esfera pública-----pág. 46

2.4- A Condição Humana e as três esferas da *vita activa* -----pág. 49

2.5- Ação -----pág. 50

2.6- Violência, Banalidade do Mal e as Conseqüências para a Participação Política-----pág. 53

2.7- Cidadania como espaço plural da participação política -----pág. 56

**Capítulo 3: Conceito de espaço público em Jürgen Habermas na obra Mudança**

**Estrutural da Esfera Pública-----pág. 60**

3.1- De Arendt a Habermas-----pág. 61

3.2- Espaço público e a emancipação burguesa-----pág. 63

3.3- A origem do Estado moderno a partir do surgimento do salão e do romance burguês-----pág. 68

3.4- Da opinião à publicidade-----pág. 71

3.5- Fusão entre esfera pública e esfera privada-----pág. 74

3.6- A Imprensa e a Publicidade-----pág. 75

3.7- A esfera pública na transição do Estado liberal de direito para o Estado da social-democracia-----pág. 76

3.8 - A Opinião Pública-----pág. 77

3.9- Conclusões preliminares que encaminham à Teoria da Ação Comunicativa-----pág. 79

**Capítulo 4: Conceito de espaço público em Jürgen Habermas na obra Teoria da**

**Ação Comunicativa-----pág. 81**

4.1- Paradigma da produção e ação comunicativa-----pág. 82

4.2- Racionalidade em Weber-----pág. 84

4.3- Sistema e Mundo da Vida-----pág. 91

4.4- Espaço público e Ação Comunicativa-----pág. 95

**Capítulo 5- Poder e Participação Política:**

**um diálogo entre Habermas e Arendt-----pág. 100**

5.1- O conceito clássico de poder e o novo paradigma político-----pág. 100

- 5.2- Novo paradigma político: as deficiências  
de Maquiavel e dos contratualistas-----pág. 109
- 5.3- Poder e comunicação-----pág. 111
- 5.4- Habermas e Arendt: diferenças e aproximações-----pág. 121
- 5.5- Breves considerações acerca da abordagem  
do conceito de espaço público no Brasil-----pág. 125

**Capítulo 6: Participação política entre a mídia e cidadania-----pág. 128**

- 6.1- Interatividade e visibilidade  
como condições à participação política-----pág. 130
- 6.2- Espaço público em Arendt e Habermas-----pág. 131
- 6.3- A mídia e suas possibilidades  
para o incentivo à participação política-----pág. 136
- 6.4- Poder e Opinião Pública: condições  
para a participação política-----pág. 138
- 6.5- Esfera pública: visibilidade e participação-----pág. 140

**Capítulo 7: Mídia, poder e participação política-----pág. 145**

- 7.1- Poder e cidadania: relações conceituais-----pág. 152

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----pág. 159**

## Introdução

As preocupações que orientam a presente dissertação agrupam-se na seguinte questão-problema: quais as possíveis relações entre mídia e cidadania a partir da noção de participação política? A importância de se investigar a noção de participação política, a partir das contribuições de Arendt e Habermas, surge na medida em que esses dois autores compartilham a idéia de que a comunicação é a condição humana para a ação política no espaço público. É através dela que os indivíduos deliberam tendo em vista o bem comum. Nessa linha, desdobram-se outras questões complementares: qual o lugar da comunicação nas sociedades modernas? De que forma esses autores (Habermas e Arendt) podem contribuir, a partir de suas teorização sobre o conceito de esfera pública, para a elucidação da noção de participação política?

Nesse sentido, pressupõe-se que o conceito de espaço público, desenvolvido por ambos, possa cumprir com a tarefa de não apenas teorizar sobre a participação política, mas principalmente, enxergar novas possibilidades de participação a partir da apropriação dos conteúdos midiáticos, num horizonte dominado pela racionalização sistêmica. Ou seja, até que ponto a mídia contribui para fomentar a participação política?

É o conceito de espaço público, tanto na teoria da Condição Humana de Arendt, quanto na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, o responsável por fornecer a fundamentação teórica que permita refletir a noção de participação política. Pois, entende-se que é por meio dela que os indivíduos sociais tornam-se partícipes, ou seja, atores políticos por excelência. Desse modo, a presente dissertação reservou dois capítulos especificamente para discutir o conceito de espaço público a partir do pensamento dos dois autores. Mas antes, no primeiro capítulo, pretende-se entender melhor o conceito de cidadania e verificar as possíveis relações com os meios de comunicação.

Para o entendimento do conceito de espaço público em Hannah Arendt, foram selecionadas duas obras que nortearão a compreensão de tal conceito: “Origens do Totalitarismo” (1951)<sup>1</sup> e “A Condição Humana” (1958). A primeira, apesar de Arendt não ter efetuado uma abordagem mais específica sobre o espaço público, a relevância consiste no fato de que ela investiga as condições que levaram a ascensão do

---

<sup>1</sup> O ano entre parênteses refere-se ao ano de publicação da obra.

Totalitarismo ao poder e sendo assim, é importante destacar as conseqüências do advento do Totalitarismo para o espaço público.

A segunda obra é a mais importante, de acordo com a proposta da dissertação, pois, Arendt, com a sua Teoria da Condição Humana, trabalha detalhadamente a noção de espaço público como o lugar por excelência em que o homem alcança a liberdade<sup>2</sup> por meio do diálogo. Logo, é preciso destacar as categorias que compõem a estrutura do conceito, bem como, os pressupostos que a autora se baseia para construí-lo.

Do ponto de vista do modo como a presente dissertação se encontra distribuída em capítulos, o primeiro, trata basicamente sobre o problema da participação política e suas possíveis relações com a cidadania e meios de comunicação. O segundo capítulo trabalha no sentido de se descobrir um conceito de espaço público, no pensamento de Arendt, que possa contribuir para a noção de participação política. No intuito de realizar tal objetivo, foram selecionadas duas obras principais, no contexto da produção teórica de Arendt, que nortearão as discussões do próximo capítulo.

---

<sup>2</sup> Liberdade, na concepção arendtiana, é a liberdade dos antigos, relacionada à polis grega, ou seja, ser livre é aquele que pode participar no espaço público por meio da palavra e da ação.

## **Capítulo 1: O problema da participação política como referencial para as possíveis relações entre mídia e cidadania.**

As preocupações que norteiam todo o desenvolvimento da presente dissertação, partem da seguinte questão problema: qual a relação entre mídia e cidadania a partir da noção de participação política? A mídia cria novas condições para a participação política ou ela impede a mobilização dos atores? Os motivos pelos quais a presente dissertação se baseia para o estudo da participação política são atribuídos a duas razões: a primeira refere-se ao problema da falta de participação política - nas democracias representativas, a noção do senso comum de participação política restringe-se na escolha dos representantes. Por outro lado, a mobilização dos partidos políticos, por exemplo, gira em torno somente do interesse pelo poder. A segunda razão refere-se à dificuldade de se definir o significado de participação política.

A variedade de partícipes ou atores políticos ofusca ou ao menos dificulta, de um lado, a possibilidade de se criar critérios aptos a definir uma noção mais consistente de participação política, e de outro, enxergar com mais clareza os atores políticos que empreendem de fato a participação política e que contribuem para a construção de um regime democrático de caráter participativo.

A dificuldade de se definir a participação política a partir da atuação dos atores é exposta com clareza por Giacomo Sani:

Participação política é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além. (SANI, 1983, p. 888)

Apesar da enorme quantidade de fenômenos apontados acima, basicamente o

que chama atenção é que todos ocorrem no âmbito dos regimes democráticos. Fora destes, a participação política possui caráter de ilegalidade, já que não há liberdade para a livre iniciativa. A democracia permite ambientes em que indivíduos unem-se em prol do interesse do grupo respaldado por alguma ideologia ou horizonte de valores compartilhados.

Esses ambientes de participação podem ser definidos pelo nível de desprendimento dos indivíduos e pela forma de articulação entre eles. Desse modo, existem graus de participação política: de indivíduos que formam grupos mais ou menos engajados, ou interessados em se mobilizarem para alcançar seus objetivos. Por exemplo: há movimentos sociais que se manifestam através da ocupação de prédios públicos e outros por meio de ataques às multinacionais símbolos do capitalismo.

Há também manifestações pacíficas, cujo maior ícone foi o líder político e religioso Mahatma Ghandi. Ou seja, o não uso da violência tornou-se exemplo da eficácia de uma mobilização social pautada pela busca da compreensão. O problema pode ser colocado agora de maneira mais específica: o quê define os graus de participação política? Para se responder essa questão, é preciso revisitar o conceito de participação política a partir do reconhecimento da sua importância no contexto das sociedades democráticas contemporâneas.

A relação entre participação política e democracia é mediada pela cidadania, porém, esta não pode ser pensada de maneira autônoma ou indiferente aos meios de comunicação. É neste ponto que reside a importância de se pensar a relação entre cidadania e meios de comunicação, até mesmo para tornar mais sofisticado a idéia de cidadania, e portanto, de participação política.

Parte-se do pressuposto que o noção de participação política é mais abrangente e portanto mais confusa do que a de cidadania. Para se estudar tal relação, é preciso até que ponto esses dois conceitos se complementam e quais possíveis pontos de choques entre eles. Ou seja, é possível apreender a noção de participação política a partir da cidadania?

Uma das contribuições que esta dissertação pretende oferecer para o debate acadêmico, mais especificamente para a área de Comunicação Social, seria justamente essa relação entre mídia e cidadania a partir de um conceito de participação política levando em conta a comunicação como condição essencial para o espaço público.

Há uma lacuna considerável nos estudos de Comunicação no que diz respeito a relação entre mídia, cidadania e democracia. Segundo Wilson Gomes, logo no prefácio

a obra “Comunicação e democracia” ele deixa bem claro essa deficiência: “Salvo poucas exceções, problemas atinentes à comunicação e à democracia nunca receberam a devida atenção” (GOMES, 2008, p.12)

Apesar desta lacuna, a presente dissertação não pretende preenchê-la completamente, pois não há condições para tal intento. A proposta aqui é apenas desenvolver uma discussão que possa contribuir para o debate acadêmico envolvido no tema, e a partir desse debate, é que reside a possibilidade de se enriquecer a produção de conhecimento voltado para o problema da democracia, participação política, cidadania e mídia. É preciso, antes de mais nada, encontrar fundamentação teórica suficiente para dar conta de relacionar as quatro variáveis apontadas acima. Para isso, nas próximas linhas, o presente texto se dirige na busca do entendimento de cada um desses conceitos para então relacioná-los.

### **1.1- Considerações preliminares acerca da noção de participação política**

Segundo Montero, participação política refere-se a qualquer atividade em que o cidadão exerça certo grau de influência sobre o sistema político (MONTERO apud COSTA, 2008, p. 36). A possibilidade que o indivíduo possui de influenciar nas decisões políticas só ocorre nos regimes democráticos. Já de antemão, percebe-se a estreita relação entre participação política e democracia, na medida em que o cidadão cria espaços discursivos que permitem a formação da opinião pública. Esta, por sua vez, pode ser entendida como uma ferramenta da participação política, já que os atores fazem uso dos meios de comunicação para a compreensão da realidade que os rodeiam para então, poderem construir pautas de reivindicação e se mobilizarem.

Antes continuar a discussão, é preciso lembrar a presença de variáveis fundamentais no intuito de evidenciar algumas problemáticas, as quais, possam contribuir para a compreensão do fenômeno da participação política: mídia, cidadania, comunicação e democracia. A questão, a saber, quais seriam as possíveis relações que se estabelecem entre elas. Ou seja, até que ponto a mídia desempenha o papel de fonte geradora de informações que possibilita a formação da opinião pública crítica que possa influenciar na construção de cidadãos partícipes? Até que ponto a mídia representa de fato o interesse público?

É preciso que cada variável seja investigada conceitualmente, para então, verificar as possíveis relações entre elas. Para isso, é importante reconhecer a existência dos interesses em jogo, os quais, deixam de lado ideologias e esquemas de valores, para que grupos políticos como os partidos, por exemplo, orientem suas ações tendo em vista somente a busca pelo poder.

Esse esvaziamento de preceitos éticos e conseqüentemente, o abandono social pela política ou por questões de interesse coletivo ou comunitário, pode ser compreendido pelo conceito de banalidade do mal, fruto da condição humana do *homo laborans*. Tais conceitos criados por Hannah Arendt na sua teoria sobre a condição humana, oferecem ferramentas que possam contribuir para a elucidação da noção de participação política. Porém, tal intento será realizado no capítulo II, o qual tratará basicamente sobre as contribuições de Arendt para a compreensão do objeto de análise desta dissertação.

Retomando a discussão sobre a noção de participação política, como foi colocado anteriormente, uma das formas de se definir tal noção é pelo grau de interferência que os indivíduos exercem no sistema político. A interferência pode ser feita através de formas convencionais ou não convencionais de participação política (COSTA, 2008, p. 41). As formas convencionais referem-se a um caráter de participação política institucionalizada, que se apresenta principalmente por meio do voto e pela filiação a um partido político, por exemplo. Já a participação de caráter não convencional está ligada a uma vontade compartilhada coletivamente por mudanças profundas na estrutura do sistema político. Os indivíduos criaram formas inovadoras de participação política que fogem da convencionalidade, a partir da década de 60, por meio de manifestações marcadas pela desobediência civil.

A tentativa de se identificar a participação política entre as categorias convencionais e não convencionais torna-se demasiadamente frágil se for levar em conta vários fatores, como por exemplo, a pluralidade das formas de participação política no âmbito das entidades organizadas da sociedade civil. Outro problema no uso destes termos é que eles variam de acordo com o país ou contexto social específico. Pois, como foi dito anteriormente, o horizonte da participação política é o regime democrático. Na medida em que as democracias liberais repousam na participação, na cidadania, torna-se extremamente falho a tentativa de se classificar a participação política a partir da bipolaridade convencional e não convencional. Nas democracias que

demonstram uma tendência maior pela participação em detrimento da representatividade, é extremamente saudável o engajamento político dos cidadãos para além do voto.

Já houve tentativas de se classificar ou construir uma tipologia da participação política (MULLER, 1982, p. 1-16) partir das categorias convencional e não convencional. Porém, segundo a observação de Costa apoiada nas contribuições de Sabucedo e Arce,

Os resultados alcançados na investigação mostram que a variedade e modos de incidência política, não pode ser reduzida em categorias tão simples como as de convencional versus não convencional, legal versus ilegal ou outras, ou seja, há múltiplas maneiras de incidir no processo político, à medida que os indivíduos se revelam mais inclinados a intervir na esfera do político. (COSTA, 2008, p.41)

Já que o horizonte da participação política é a democracia, a qual, não só permite mas principalmente, se alimenta do engajamento político dos cidadãos organizados, é preciso destacar o peso do conceito de cidadania para a compreensão da participação política. É por meio da cidadania que os indivíduos tornam-se partícipes, ou seja, protagonizam a relação bipolarizada entre sociedade civil e Estado. A cidadania é o desdobramento de uma participação política que parte da articulação entre indivíduos engajados em prol da defesa do interesse do grupo. Sendo assim, fica cada vez mais claro que a relação entre participação política e o regime democrático se dá no âmbito da cidadania. Cabe agora uma tentativa de se investigar o conceito de cidadania que dê conta de se relacionar com a noção de participação política.

## **1.2- Participação política e cidadania: possíveis relações conceituais**

Como foi colocado inicialmente, há uma certa dificuldade de se buscar o conceito de participação política devido a pluralidade dos atores, formas de

participação, graus de interferência nas decisões políticas, etc. Essa mesma dificuldade ocorre quanto a tentativa de se buscar uma definição de cidadania. A começar pela multiplicidade do enfoque: concepção de cidadania do ponto de vista do direito, da política, da sociologia, da antropologia, da psicologia, etc. Geralmente, foram as ciências sociais, as pioneiras no tratamento da idéia de cidadania.

Apesar da aparente dificuldade de se definir a cidadania devido a imensa gama de maneiras de se concebê-la, é preciso observar que o emaranhado de idéias e concepções sobre ela traz um potencial rico em se enxergar um fenômeno plural, contraditório e sofisticado a cada dia. Dessa forma, a dificuldade (inicial) é na verdade um potencial, o qual, é fruto da possibilidade da busca da compreensão de um conceito de cidadania a partir de uma abordagem essencialmente lingüística. Já que é por meio do uso da linguagem que os membros de uma comunidade política se fazem entenderem e buscarem consensos.

A forma pela qual a presente dissertação buscará entender a cidadania, bem como, a participação política, é através do reconhecimento da importância da comunicação como meio para o entendimento entre os atores. Até que ponto é possível compreender a cidadania a partir de uma tipologia das formas de participação política? Para que haja uma tipologia, é preciso antes, uma investigação teórica sobre os principais enfoques conceituais que abordam a cidadania. O objetivo aqui não é criar uma tipologia, e muito menos uma teoria sobre a cidadania, mas sim, apenas buscar consensos das principais abordagens teóricas sobre a cidadania, para se extrair um mínimo de base conceitual que ofereça uma compreensão mais clara sobre ela.

As principais abordagens teóricas criadas em torno da preocupação de se entender a cidadania são: a jurídica, a filosófica e a sociológica. Neste trabalho, pretende-se verificar até que ponto é possível um ponto de vista que leve em conta a cidadania a partir de uma abordagem comunicativa. Antes de partir para essa verificação, é preciso antes, analisar com cautela as abordagens mais comuns e de que forma elas possibilitam para uma compreensão da cidadania do ponto de vista da comunicação.

Na ordem cronológica do pensamento sobre a cidadania, os gregos foram os pioneiros na preocupação de se investigar tal conceito. Era na Pólis, o centro político da cidade estado ateniense no final do período helênico, que os membros da cidade deliberavam sobre assuntos de natureza pública. Com o advento das monarquias absolutas na idade média, não houve praticamente produção teórica alguma sobre o

tema da cidadania.

Somente com o renascimento e através do questionamento sobre a validade das monarquias, é que houve uma retomada nos estudos referentes á cidadania como auto afirmação do sujeito diante do poder absoluto do rei. Maquiavel foi o que primeiro pensou que o rei deveria administrar levando em conta, no mínimo que fosse, os interesses da população. É importante lembrar que o objetivo aqui não é realizar uma descrição detalhada sobre a trajetória do conceito de cidadania no pensamento ocidental. Somente destacar as principais abordagens que possam contribuir para a elucidação do conceito no momento atual.

Os valores cívicos eram os horizontes pelos quais, os indivíduos se sentiam verdadeiros cidadãos: um desses valores é o sentimento de pertencimento a uma comunidade. Esse sentimento faz com que o individuo se responsabilize pelo espaço que está sendo compartilhado entre os diversos membros da sociedade. E uma das formas de se compartilhar esse sentimento é por meio dos símbolos nacionais: a bandeira ou o brasão, as cores do uniforme do exército, etc.

Segundo Norberto Bobbio<sup>3</sup>, para os gregos não havia separação entre cidadania e democracia, pois a participação política dos cidadãos gregos na Ágora ateniense por si só fundava a democracia. Era dever do cidadão ateniense participar da política. Desse modo, a democracia direta diz respeito à participação dos cidadãos gregos nos espaços públicos. A separação clássica entre democracia direta, dos gregos, com a democracia representativa formal, dos modernos, se dá por meio da participação política: no primeiro caso, os cidadãos gregos tinham o dever de participação na tomada das decisões, e no segundo, os cidadãos têm o direito de participarem.

Outro ponto diferencial importante no que se refere à relação entre cidadania e democracia, é a eleição. Segundo Bobbio,

(...) a eleição era considerada uma necessária e útil correção do poder direto do povo, não como ocorre hoje nas democracias modernas, para as quais a eleição constitui uma verdadeira alternativa em relação à participação direta, salvo pela introdução, em casos específicos expressamente declarados, do referendo popular. (BOBBIO, Norberto. 2000, p. 374)

---

<sup>3</sup> BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. 2000, Ed. Campus. Rio de Janeiro.

A eleição era um recurso escassamente utilizado pelos gregos, diferentemente nas democracias modernas que se fundamentam na escolha dos representantes por meio do voto. Um dos princípios que se introduziu e que diferencia a democracia direta dos gregos para a democracia representativa é a universalização: na Grécia Clássica, era considerado cidadão somente indivíduos do sexo masculino, adulto, grego e proprietário. As mulheres, crianças, estrangeiros e escravos não participavam das decisões públicas. A cidadania, na Grécia, era para poucos. Somente para aqueles que tinham condições de sair ou abandonar a esfera privada da casa para deliberar nos espaços públicos.

A pré-condição para a participação política grega era a primazia do interesse público sobre o privado, e isso só ocorria com os detentores de escravos e bens. O homem não poderia ocupar seu tempo com atividades voltadas para a própria sobrevivência. Essa é a principal marca da cidadania grega que se diferencia da cidadania moderna: a exclusão – daqueles que podiam participar, e daqueles que não podiam.

Com o advento da modernidade, dos ideais iluministas e do Estado burguês de direito, inaugura-se o princípio de universalização que passa a nortear as relações políticas. A cidadania é um atributo dos indivíduos, enquanto membros de uma sociedade que vive sob a tutela do Estado que outorga os direitos e deveres. O Estado promove a inclusão dos indivíduos na participação política. Cada um possui o direito de participação política, diferentemente na Grécia antiga que todos possuíam o dever de deliberação, porém como foi dito, era para poucos.

A cidadania grega era conquistada através da participação política, já na modernidade, a cidadania é atribuída pelo Estado, fazendo com que os indivíduos tornem-se passivos ou meros receptores. Logo, até que ponto a noção de participação política não vai além do de cidadania? Pois, todos nascem cidadãos diante do Estado, porém, são poucos que participam efetivamente da política.

Quem melhor trabalhou a concepção de cidadania como fruto de direitos, segundo Listz Vieira, foi Thomas Humphrey Marshall<sup>4</sup>. Segundo ele, o ideal de cidadania encontra-se no estado-providência da social-democracia. De acordo com a

---

<sup>4</sup> MARSHALL, T.H. *Citizenship and Social Class*, 1950.

abordagem de Marshall, a cidadania divide-se em três categorias de direitos<sup>5</sup> conquistados ao longo da história: direitos civis adquiridos na Inglaterra no século XVIII; direitos políticos, que surgiram no século XIX; e direitos sociais, como a educação, saúde, fundo de desemprego, conquistados no século XX.

O estado providência é o único que tem condições de garantir todos os direitos (civis, políticos e sociais) ao mesmo tempo para todos os membros da sociedade, segundo a teorização de Marshall. Como o próprio nome diz, o Estado é o único responsável em prover a condição de cidadão aos indivíduos. Por isso é que atribui-se ao pensamento de Marshall, a falta de participação política como forma de conquistar a cidadania, já que os indivíduos desempenham o papel de seres passivos diante do estado providência.

O contexto de surgimento do estado providência remonta as décadas finais do século XIX, mais precisamente em 1880 por Bismarck. Segundo Costa, o objetivo era criar uma alternativa ao socialismo.

“Medidas como o seguro-doença, o seguro contra acidentes de trabalho ou as aposentadorias por idade, assumidas por um Estado que até então só havia tido funções políticas, promoverem o bem-estar dos trabalhadores e enfraquecerem as reivindicações dos menos favorecidos pelo sistema” (CORTINA, 2005, p. 53)

A observação de Cortina quanto ao nascimento do Estado providência é clara: o Estado garantidor dos direitos nasce tendo em vista se posicionar estrategicamente diante de um outro modo de organização social, do que por objetivos éticos. A cidadania apoiada por direitos é um meio pelo qual o capitalismo de estado encontrou para a sua própria sobrevivência.

---

<sup>5</sup> Os direitos de cidadania são analisados por Listz Vieira como direitos de primeira, segunda, terceira e quarta geração. Os direitos de primeira geração dizem respeito aos direitos civis, conquistados no século XVIII, que abrangem os direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, segurança, vida, etc. Os direitos políticos também pertencem a primeira geração (séc. XIX) que se referem aos direitos individuais exercidos coletivamente, como a liberdade de reunião, liberdade para a organização e participação política, etc. Já os direitos de segunda geração (séc. XX) são os direitos sociais que se referem á garantia de acesso aos meios de vida, como saúde, educação, seguro desemprego, por exemplo. Os direitos de terceira geração, conquistados na segunda metade do século XX, possuem como objeto não o indivíduo mas as coletividades, como povo, nação, etnias, etc. Para fazer valer esses direitos, se faz necessário a presença de organizações supra nacionais, como a ONU, através da Anistia Internacional. E por fim, os direitos de quarta geração dizem respeito à bioética, a qual, impõe certos limites nas pesquisas laboratoriais que envolvem a manipulação dos genes humanos (VIEIRA, 1997).

Do ponto de vista teórico, o principal ponto de apoio encontrado pelo estado providência foi a teoria keynesiana. Pouco adianta os indivíduos serem portadores de direitos se não podem consumir e fazer girar a engrenagem do sistema capitalista. O estado, dessa forma, tem o dever de garantir uma renda mínima para que os cidadãos potencializem seu poder de compra e movimentem a economia. O papel do estado é transformar os membros da sociedade em cidadãos consumidores através de políticas de pleno emprego e distribuição de renda (CORTINA, 2005, p. 53).

Segundo Cortina, “(...) o reformismo keynesiano tem um objetivo bem claro: manter o sistema capitalista, que poderia desmoronar caso continuassem a vigorar os princípios da teoria econômica clássica” (2005, p.54). Além de Keynes, outro fator fundamental de apoio do estado providência segundo Cortina, foi o Relatório Beveridge. Com a destruição ocorrida pela Segunda Guerra Mundial, os países decidiram atacar as altas desigualdades sociais por um acordo mútuo de emprego da renda mínima cidadã na tentativa de amenizar não só os efeitos da guerra, mas evitar uma outra.

Porém, o que mais chama atenção na natureza do estado providência é a sua prática intervencionista na economia. Isso quer dizer que o estado passa a ter o dever de cuidar do interesse privado da sociedade, sendo que a economia não mais pertence à esfera da casa (*oikos*), como na Grécia clássica, e sim de interesse social<sup>6</sup>. E o estado é o mantenedor do equilíbrio desses interesses em jogo. A cidadania, nesse contexto, não é apenas o direito de participação política do indivíduo, mas principalmente, o direito de consumir. Como bem disse Cortina, “(...) a partir da Segunda Guerra Mundial o governo passa a ser, nas democracias, um gestor em vez de ser um provedor” (2005, p. 54).

A intervenção do estado na economia se demonstra tão eficiente a ponto de ser apelidado de “megaestado”, segundo Peter F. Drucker: o estado torna-se um “executor adequado para todas as tarefas sociais e todos os problemas sociais” (DRUCKER, apud CORTINA, 2005, p. 54). Esse termo megaestado não é a toa, devido ao seu alto grau de eficiência na função de arrecadar impostos, de um lado, e de outro, como o promovedor das condições básicas de sobrevivência para ampliar a capacidade de consumo dos cidadãos.

A dupla função do estado, apontadas logo acima, fez com que ele se

---

<sup>6</sup> O termo social, como o lugar do interesse privado, será mais bem trabalhado posteriormente a partir das referências teóricas de Hannah Arendt.

transformasse em estado eleitoreiro. É bom lembrar que o início do estado nacional tinha por pretensão a proteção da sociedade civil, sendo que, uma das armas que os indivíduos encontraram para se proteger de governos que pendiam para a tirania, foi o voto. É através dele que o cidadão muda os seus representantes da forma como bem entende. Essa arma, fundamental para a cidadania, foi cooptada pelo estado como instrumento de poder dos partidos políticos.

Devido a essa degeneração do megaestado para o estado eleitoreiro, alguns defendem o retorno de um Estado não intervencionista. Cortina demonstra os pontos considerados mais fortes que fundamentam os argumentos dos neo liberais:

O estado de bem estar teria sufocado os indivíduos em um coletivismo perverso, e por isso – segundo alguns autores – o individualismo, como paradigma moral, é insuperável; o indivíduo é a chave de qualquer organização social, política ou econômica, e por esse motivo é urgente restaurar uma espécie de Estado liberal, bem provido de indivíduos inteligentes, competitivos, “excelentes”, avessos à mediocridade inossa gerada pela solidariedade posta em instituições (CORTINA, 2005, p. 56)

No fim, o que os liberais defendem, é a criação de um Estado que garanta a livre iniciativa por meio da não intervenção do estado na economia, de um lado, e de uma cidadania criativa e competitiva do ponto de vista econômico somente. A questão é que se isso de fato entrasse em prática como uma forma de alternativa ao estado bem feito em crise, “não só seria regressivo em relação às conquistas sociais já irrenunciáveis, mas, cedo ou tarde, perderia as eleições, porque há uma dimensão do Estado de bem-estar de que ninguém está disposto a se desfazer” (CORTINA, 2005, p. 58). Cortina se refere à perda dos direitos políticos, sociais e econômicos historicamente conquistados. “Os cidadãos criticam, naturalmente, como gerir a satisfação desses direitos, mas não desejam perdê-los, querem que eles sejam administrados corretamente” (CORTINA, 2005, p. 58). Basicamente os indivíduos sociais não querem deixar de serem reconhecidos como membros cidadãos da comunidade política.

O que está em jogo na verdade são as relações entre Estado e sociedade: de que forma o estado deve intervir na vida das pessoas para garantir o mínimo de justiça

social. E de outra forma, de que modo os cidadãos podem se organizar para fazerem valer seus interesses não somente quanto indivíduos consumidores, mas principalmente como membros da comunidade política. A saída discutida por Cortina, é a criação de um Estado social como alternativa ao estado bem feito e ao estado liberal.

A palavra chave do Estado social, seria a promoção de uma justiça social por meio da “satisfação de certas necessidades básicas e o acesso a certos bens fundamentais para todos os membros da comunidade apresentam-se como exigências éticas às quais o Estado deve responder” (CORTINA, 2005, p. 61). Esse ponto de vista pressupõe que se os Estados nacionais garantissem aos membros sociais um mínimo de condição de sobrevivência, os indivíduos poderiam exercer uma participação política mais ativa do que passiva. Dessa forma, as relações entre Estado e sociedade teriam como ponto de partida a cidadania como participação política ativa dos indivíduos interferindo de fato nos processos decisórios.

A institucionalização da solidariedade, como diz Cortina, é a defesa por uma justiça social no sentido de garantir a igualdade e a liberdade dos cidadãos. Na verdade, é uma tentativa de se resgatá-los, já que foram solapados pelas diversas roupagens que o Estado tomou desde o seu surgimento. Com a criação, e a conseqüente crise do “Estado fiscal”, a cidadania foi marcada pela passividade, a qual, talvez fosse a que exerceu uma maior contribuição para a destruição da igualdade e liberdade.

O Estado destruiu a cidadania, pois “arrebato dos cidadãos sua liberdade positiva, ou seja, sua autonomia, mediante uma pretensa institucionalização da solidariedade” (CORTINA, 2005, p. 63). Os indivíduos são meros receptores de uma cidadania que só serve para legitimar uma mega estrutura voltada a garantir a sobrevivência da sociedade. A sociedade, sob essa perspectiva, é uma rede de interesses privados dos indivíduos, e o Estado o principal gerador ou garantidor dessa realidade.

Não há espaço para a liberdade, logo, não há espaço para a ação dos sujeitos. É essa a conseqüência do Estado paternalista para a cidadania. Dessa forma, a saída liberal, a partir da vertente de John Rawls, concentra-se na postura ética adotada pelos Estados nacionais em garantir um mínimo de acesso aos bens e oportunidades que gerariam condições para uma cidadania mais digna.

Pode-se dizer que Costa discute basicamente uma saída rawlsoniana, por meio da institucionalização da justiça (como acesso aos bens e oportunidades) que gerariam condições para uma sociedade mais igualitária. A satisfação das necessidades materiais de indivíduos carentes construiria as condições para uma cidadania plena, ou seja, para

a participação política de fato. Mas até que ponto essa alternativa não seria apenas mais outra roupagem para retirar da crise o Estado de bem estar social? Não seria um estado paternalista, mas só que superficialmente modificado?

O estado não deve se resumir apenas como o garantidor da satisfação das necessidades materiais para os cidadãos, mas, além disso, ele deve contribuir para ampliar o espaço de discussão entre os indivíduos. Até que ponto o problema da falta de participação política pela cidadania passiva concentra-se somente na falta de condições materiais dos indivíduos? Será que a esfera das ações políticas encontram-se na esfera da sobrevivência biológica do indivíduo?

O pensamento iluminista defendia a emancipação do sujeito em relação ao poder absoluto dos reis. A liberdade conquistada pela ação dos sujeitos no espaço da fala foi deteriorada devido à relevância pública que as necessidades privadas ganharam. Logo, o resgate do que se perdeu nas origens do pensamento iluminista está no incentivo à participação política do cidadão a partir dos espaços de convivência pública. São os encontros dos indivíduos nos espaços fora da casa que deve ser valorizado por um governo que preza a livre iniciativa.

Uma das formas de incentivar a cidadania, por exemplo, seria o subsídio governamental do acesso à cultura. Ou seja, aproximar a esfera cidadã da esfera cultural, seria uma maneira de contribuir para a participação política, e de uma cidadania que fosse realmente ativa.

Portanto, a visão da tendência rawlsoniana de se resgatar a cidadania a partir da promoção da justiça por meio da satisfação das necessidades mínimas de sobrevivência, não contempla o sentido que este trabalho pretende fornecer à cidadania ancorada numa noção de participação política a partir da idéia de emancipação social. Pois, é preciso que, antes de mais nada, a cidadania seja analisada ressaltando seu conteúdo comunicativo num espaço plural. É preciso reconhecer que as relações conflituosas entre Estado e sociedade se dão nos espaços comunicativos que os cidadãos cotidianamente constroem. Porém, esses espaços recebem influência da mídia, a qual, fornece as condições para a formação da opinião pública dos cidadãos. Com isso, a idéia de se refletir a cidadania deve levar em conta um espaço comunicativo formado no entorno das mídias.

De acordo com o que foi visto até aqui, percebe-se que não houve muito avanço na produção de um campo conceitual que pudesse abarcar a cidadania, a ponto de estabelecê-la como paradigma das relações entre Estado e sociedade. Ela foi vista, ao

longo do tempo, como mero instrumento para legitimar o poder. A democracia representativa, como a forma atual de sistema de governo e modo de organização social, ainda parte de uma concepção de que os cidadãos resumem-se como destinatários das políticas governamentais. E a principal forma que o Estado faz uso para se comunicar com o cidadão, é através das instituições de comunicação. Logo, a questão a saber, é quais as possíveis relações entre o governo e a mídia, e quais os efeitos dessas relações para a cidadania.

Considerando tanto o rádio quanto a televisão como os carros chefes da comunicação de massa, afere-se que a propaganda de governo é uma das formas mais eficazes que os líderes políticos usam para convencer os cidadãos sobre o que está sendo feito. A comunicação política encontra na cidadania o seu objetivo final. Pois os indivíduos são informados pelos governos de um lado, e de outro, pela imprensa, a qual, tem a função de formar uma opinião pública crítica. Essa opinião crítica faz com que os cidadãos articulem-se e reivindiquem ações do governo. Logo, a comunicação política, é uma ferramenta útil aos governantes não apenas para informar a população, mas sim, cooptar a cidadania crítica.

Com o advento da imprensa no século XVII (tema que será discutido posteriormente neste trabalho) cria-se um espaço de discussão público de pessoas privadas. É nesse espaço que a crítica social é formada e contribui para a mobilização dos sujeitos. Logo, a imprensa, devido ao seu papel histórico de informar, construiu ao longo do tempo condições de credibilidade perante os cidadãos. Sendo assim, a imprensa exerce a função de informar com muito mais eficiência do que o Estado. A idéia de que as mídias fomentam o debate nos espaços comunicativos é uma das formas de se compreender as relações que se estabelecem entre a mídia, cidadania e Estado.

### **1.3- Esfera pública e cidadania**

O que se pretende analisar é uma noção de cidadania, como participação política no espaço público, que possa servir de paradigma na relação entre Estado e sociedade no âmbito do regime democrático. Ou seja, até que ponto a cidadania é condição suficiente para a democracia? Segundo Sérgio Costa, “(...) cabe á esfera pública um lugar central: ela se torna a arena onde se dá tanto o amálgama da vontade coletiva quanto a justificação das decisões políticas previamente acertadas” (2002, p. 15).

Portanto, é a esfera pública que fornece as condições para uma participação política efetiva dos cidadãos.

A partir do que foi exposto até o presente momento, verifica-se alguns pontos pertinentes: primeiramente, o Estado garante a cidadania como direito de participação política, ou seja, é ele quem define os horizontes, os limites para a cidadania. Com isso, a cidadania do ponto de vista do poder político do Estado, é um instrumento para legitimar o poder.

Apesar da tendência do Estado em cooptar a cidadania, os membros da sociedade constantemente promovem manifestações e se mobilizam no intuito de pressionar e reivindicar o papel de defensor do interesse público do Estado. Na realidade, o que ocorre nas relações entre Estado e cidadania, é o conflito permanente: de um lado, o Estado tenta determinar uma cidadania instrumentalizada e controlada; e por outro lado, os sujeitos sociais mobilizam-se e demonstram novas formas de organização social pautadas por uma esfera de valor cujo referencial encontra-se na participação como fruto da compreensão mútua.

Não é no campo estatal que se encontra a fonte de uma cidadania ativa, mas sim, são nos espaços públicos políticos que os sujeitos articulam-se tendo em vista uma mobilização estrutural. Ou seja, o princípio que norteia os diversos atores que compõem o espaço público é marcado pelo sentimento de transformação social. Os movimentos sociais pela reforma agrária, por exemplo, tem em vista o reordenamento das estruturas sociais a partir da redistribuição da produção das riquezas materiais. A propriedade privada, nesse sentido, é revista levando em conta a desigualdade social como fundamento para os discursos dos atores sociais.

Logo, a especificidade da cidadania, ou seja, da articulação dos sujeitos sociais, no âmbito da esfera pública, é definida pela mudança dos paradigmas que sustentam a estrutura social. Não é uma cidadania passiva, do ponto de vista das concepções clássicas que serviram de apóio à construção do Estado, e sim, extremamente ativa e reflexiva. A construção dessa reflexividade, pertencente á cidadania ativa, até que ponto não é influenciada pela imprensa, por meio da formação da opinião pública crítica<sup>7</sup>? Sendo assim, há alguma relação de complementaridade entre cidadania e mídia através do fomento à uma opinião pública crítica? Para a melhor compreensão destas problemáticas, é preciso diferenciar os seguintes conceitos: comunicação e meios de

---

<sup>7</sup> O conceito de opinião pública será melhor discutido quando o pensamento de Habermas for abordado neste trabalho.

comunicação de massa na tentativa de definir mídia, para, então, refletir as relações entre mídia e a cidadania.

#### **1.4- Mídia e cidadania**

O texto dissertativo direciona-se na tentativa de se compreender o conceito de mídia, a partir da apropriação crítica de “meios de comunicação de massa”. Primeiro, preocupa-se em verificar a viabilidade do termo “meio” para se definir comunicação, e depois, pretende-se analisar o termo “massa”, como objeto dos conteúdos produzidos pela mídia. Para realizar tal abordagem, a análise se fundamentará por meio das contribuições dos autores Signates e Thompson. O primeiro, defendeu no primeiro capítulo de sua tese de doutorado, a superação conceitual da noção de “meio”. E o segundo, ressaltou as incoerências de se fazer uso do termo “massa” para definir a uniformidade de pensamento e comportamento do público receptor dos conteúdos midiáticos.

A noção de “meio” pressupõe, o canal, pelo qual, são transmitidos os conteúdos. Por isso questiona-se até que ponto é possível resumir todo o complexo do aparato mediático e sua influência na sociedade, a partir da noção de mera transmissão de conteúdo? Essa visão de “meios” foi largamente utilizada pelos primeiros críticos em relação à mídia: os teóricos de Frankfurt.

Segundo Signates,

a noção de comunicação como meio se refere diretamente à idéia de que os processos a ela vinculados cumprem um papel de intermediação entre distintas áreas que lhe seriam externas. Nesse sentido, o pressuposto que funciona nesse uso leva em consideração que as sociedades sempre foram constituídas a partir das possibilidades de comunicação entre seus membros, mas, com o avanço tecnológico e o aumento da complexidade das relações sociais, multiplicaram os aparatos técnicos e organizacionais para o cumprimento desse papel (2009, p.19).

A transmissão de conteúdos é um dos papéis desempenhados pela mídia, porém, ressaltou-se somente a idéia de “meio”, pela razão de que os “meios de comunicação” desempenham a função de estabelecer o intermédio entre os grupos sociais. Essa visão da mídia como meios orientada a fins impregnou a constituição da noção de “meios”, segundo Signates (2009, p.19). Com isso, esvaziou a comunicação da possibilidade de se concebê-la como valor em si mesma. Nessa concepção, o conceito de comunicação é instrumentalizada na medida em que ela serve para estabelecer o intermédio entre as pessoas, e os meios referem-se aos aparatos técnicos para realizar tal fim.

Na tentativa de entender o conceito comunicação de massa, primeiro, é preciso evidenciar a importância do critério quantitativo que define o emprego do conceito. O termo “massa”, numa interpretação superficial, diz respeito a uma imensa quantidade de indivíduos receptores dos meios de comunicação. Porém, Segundo Thompson, na verdade a quantidade de indivíduos que as instituições de comunicação pretendem atingir é o que menos importa, “(...) mas no fato de que estes produtos estão disponíveis em princípio para uma grande pluralidade de destinatários” (THOMPSON, 2008, p. 30).

A primeira observação importante a se fazer na citação acima, é a diferenciação conceitual que Thompson estabelece entre “meios técnicos de comunicação” e “meios de comunicação”. Os primeiros são “os elementos materiais pelos quais a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido” (2008, p.30). Já a definição de meios de comunicação, Thompson a denomina de conjunto de instituições.

Essa diferenciação é importante na medida em que cessa a confusão entre meios técnicos e instituições. Ou seja, os grupos humanos que detêm os meios técnicos, agem seguindo interesses, logo, a mensagem não pode ser pensada somente a partir da produção técnica, mas sim, como fruto de uma produção simbólica. Os conteúdos simbólicos produzidos pelas instituições de comunicação manifestam diversos posicionamentos, tais como políticos e ideológicos, por exemplo.

A segunda observação de Thompson, extremamente pertinente para esta dissertação, diz respeito aos pressupostos em que os críticos, principalmente os da Escola de Frankfurt, se basearam para entender os meios de comunicação. Tanto o termo “sociedade de massa”, quanto “comunicação de massa” partem da idéia de que os indivíduos são passivos diante dos conteúdos veiculados pelas instituições de comunicação. A referência conceitual que melhor ilustra essa idéia é o termo “Indústria Cultural” criado por Adorno e Horkheimer na Dialética do Esclarecimento:

Ultrapassando de longe o teatro de ilusões, o filme não deixa mais à fantasia e ao pensamento dos espectadores nenhuma dimensão na qual estes possam, sem perder o fio, passear e divagar no quadro da obra fílmica permanecendo, no entanto, livres do controle de seus dados exatos, e é assim precisamente que o filme adentra o espectador entregue a ele para se identificar imediatamente com a realidade. Atualmente, a atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural não precisa ser reduzida a mecanismos psicológicos. Os próprios produtos (...) paralisam essas capacidade em virtude de sua própria constituição objetiva (ADORNO & HORKHEIMER, 1997, p.119).

A “Indústria Cultural” é responsável por criar uma sociedade homogênea de indivíduos acríticos e portanto passivos perante os produtos da mídia. Quanto a essa atomização dos indivíduos, Thompson é claro ao dizer que “devemos abandonar a idéia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares” (2008, p. 31).

Feitas estas observações sobre o termo “massa”, Thompson se debruça sobre o termo “comunicação” que também pode, como diz ele próprio, enganar facilmente se não for levar em conta alguns aspectos. O primeiro aspecto ressaltado por Thompson é que “os intercâmbios numa interação face a face são fundamentalmente dialógicos” (2008, p.31). Ou seja, a reciprocidade presente na comunicação entre indivíduos não ocorre na comunicação de “massa”, já que “o fluxo de comunicação é esmagadoramente de sentido único” (2008, p.31).

As audiências possuem uma ínfima participação na produção dos produtos midiáticos, diferentemente do que ocorre na interação face a face marcada pela reciprocidade. Mas isso não quer dizer que os indivíduos são seres passivos, “mas participantes de um processo estruturado de transmissão simbólica” (THOMPSON, 2008, p.31).

Dessa forma, Thompson estabelece uma nítida e importante diferenciação entre os termos difusão ou transmissão, de comunicação. O marco que estabelece essa definição dos termos, é a interação. Portanto, para esta dissertação, utilizar-se-á no lugar

de meios de comunicação, os conceitos instituições de comunicação ou simplesmente mídia.

De posse das definições mais claras dos termos pertinentes para esta dissertação, se faz necessário o retorno da problemática que norteia as preocupações do presente trabalho: quais as possíveis relações entre mídia e cidadania que contribuem para uma melhor compreensão da noção de participação política? Primeiramente, verificou-se que há dois tipos de cidadania: a passiva e a ativa. A primeira diz respeito aos direitos de que cada indivíduo recebe do Estado nacional. A autonomia do indivíduo é definida pelos direitos outorgados pelo Estado. Logo, o direito à participação política, por exemplo, apenas serve como um meio que o Estado encontrou para se legitimar diante dos membros da sociedade.

Já a cidadania ativa, pertence a uma esfera que extrapola os limites impostos pelo Estado: a esfera pública política. Porém, antes de entrar no conceito de esfera pública propriamente dita, é preciso ressaltar que o conceito de cidadania ativa é amparado por novas formas de participação política. Nesse sentido, a partir da década de 1990, surgem no cenário das manifestações políticas, novas formas de cidadania no contexto das transformações sociais provocadas por dois fatores: de um lado, a globalização, marcada pela internacionalização do mercado financeiro, e de outro, o advento de novas tecnologias de comunicação que dão suporte ao primeiro fator apontado (KUNSCH, 2005, p. 29). Segundo os apontamentos de Kunsch:

A organização desses agentes que integram a sociedade civil organizada (movimentos sociais, ONGs, associações, grupos de interesses e de pressão, comunidades virtuais etc.) possibilita uma mobilização social em torno de objetivos comuns na defesa dos direitos de cidadania (KUNSCH, 2008, p. 29).

A participação política empreendida por novos atores sociais, até que ponto não contribui para o surgimento de perspectivas inovadoras para se refletir sobre uma noção de cidadania ativa? Novas formas de integração entre os sujeitos sociais que se mobilizam promovem uma inovação na abordagem sobre a participação política, a qual, não se restringe mais no âmbito dos direitos políticos outorgados pelo Estado.

A participação política dos atores sociais vai muito além da cidadania passiva. Prova disso são os movimentos sociais, os quais, cada vez mais se internacionalizam e inauguram novos espaços públicos para a discussão de pontos de vistas. A capacidade de mobilização dos atores encontra-se, talvez, na eficiência desses espaços públicos criados em torno dos movimentos. São esses espaços discursivos que promovem um debate mais amplo entre os movimentos e demais entidades da sociedade. Porém, o que se questiona é que a participação política que constrói uma cidadania ativa resume-se somente nos atores sociais? Qual a especificidade de participação política dos demais membros da sociedade?

Antes de partir para a reflexão das questões apresentadas acima, é preciso reconhecer a importância da mobilização dos atores políticos. Essa importância talvez repose na integração dos movimentos sociais globais, cujo o exemplo mais ilustre seria o Fórum Social Mundial, surgido em Porto Alegre, Brasil, no ano de 2001. Seria uma espécie de convergência de praticamente todos os movimentos, entidades de classe e demais associações políticas que se encontram nos eventos promovidos pelo Fórum, que ilustra bem essa nova perspectiva de participação política.

A questão, a saber, é qual o papel da mídia no processo de construção de uma nova forma de cidadania a partir das mobilizações dos atores sociais? De acordo com a diferenciação colocada por Thompson, as mídias diferenciam-se pela palavra chave, como foi dito anteriormente, interação. Ou seja, de um lado, as instituições de comunicação, as quais, fazem uso de meios técnicos pautados pela transmissão das mensagens. Do outro, as instituições estruturadas a partir da interatividade. As primeiras referem-se basicamente à televisão, rádio, jornal, literatura, etc. Já as segundas são representadas principalmente pela rede mundial de computadores.

Essa diferenciação permite uma análise com mais nitidez, sobre as possíveis relações entre mídia e cidadania, porém, ainda não é suficiente. Pois é preciso levar em conta qual a especificidade das esferas públicas construídas no entorno de cada mídia e de que modo essas esferas discursivas influenciam na construção de um tipo de cidadania. Por isso, se faz necessário recuperar a noção de comunicação para entender melhor o papel da mídia no processo de construção da cidadania.

Thompson assim como vários autores, define o conceito comunicação a partir da interação. De acordo com os resultados a partir de uma breve análise etimológica de Luiz C. Martino, sobre a comunicação, pode se chegar a outras definições.

Enfim, o significado de comunicação também pode ser expresso na simples decomposição do termo comum+ação, de onde o significado “ação em comum”, desde que se tenha em conta que o “algo em comum” refere-se a um mesmo objeto de consciência e não a coisas materiais, ou à propriedade de coisas materiais. A “ação” realizada não é sobre a matéria, mas sobre outrem, justamente aquela cuja intenção é realizar o ato de duas (ou mais) consciências com objetos comuns. (...) o termo “comunicação” refere-se ao processo de compartilhar um mesmo objeto de consciências, ele exprime a relação entre consciências (MARTINO, 2007, p. 14)

A comunicação é a ação compartilhada entre sujeitos por objetos de consciência. A ação propriamente dita, é a atitude dos sujeitos na tentativa de se colocar algo em comum entre os participantes da interação. Comunicação, portanto, é a ação dos sujeitos orientados a partir da necessidade de se interagirem. Talvez esse conceito de comunicação, como ação, seja um ponto de partida para pensar as relações entre mídia e cidadania. A primeira entra em contato com o segundo por meio da informação, logo, o que é informação?

Segundo Martino, “informação é o rastro que uma consciência deixa sobre um suporte material de modo que uma outra consciência pode resgatar, recuperar, então simular, o estado em que se encontrava a primeira consciência” (2007, p.17). A mídia produz seus rastros de consciência sobre os diversos grupos de indivíduos sociais. Quais os efeitos dessas marcas de consciência para o cidadão passivo e para o cidadão ativo? De que modo cada um interpreta e agrega os conteúdos simbólicos mediáticos para as suas realidades? Essa questão pode ser muito bem respondida por pesquisas de mediação, porém, não é o objetivo desta dissertação.

Primeiramente, é preciso partir do reconhecimento de que a imprensa nos seus diversos formatos capacita o indivíduo a obter as informações necessárias sobre o mundo que o cerca. É com base nessas informações, ou seja, dos “rastros de consciência” produzidas pelas instituições de comunicação, que se constitui a opinião pública crítica. O cidadão, de posse dessas informações, possui condições de criar um senso crítico e perceber, por exemplo, que o governo, em princípio, representaria o interesse público, na maioria das vezes age no sentido contrário, ou seja, defende

interesses de grandes conglomerados, como as instituições financeiras, por exemplo. Com base nessa percepção, o indivíduo se conscientiza da necessidade de se mobilizar.

A cidadania passiva pode se transformar em cidadania ativa, de acordo com a informação produzida pelas instituições de comunicação. Elas podem contribuir, tanto para a passividade dos sujeitos, quanto para a ação política, na medida em que isso depende da maneira como cada cidadão interpretará as mensagens mediáticas, com base na vivência e história de vida de cada um e do contexto social e cultural o indivíduo se insere.

Já a rede mundial de computadores, devido a sua principal característica que a define, a interatividade, contribui não só para informar e criar o senso crítico dos sujeitos político, mas principalmente, fornece condições para a mobilização. O Fórum Social Mundial é o maior exemplo de mobilização social internacional promovida a partir do uso da internet. A principal contribuição dessas novas tecnologias de comunicação para as organizações<sup>8</sup>, é a internacionalização e a criação de espaços públicos globais que permite ampliar e tornar cada vez mais eficiente a mobilização por parte dos atores.

A questão que se coloca agora é qual a especificidade do espaço público criado a partir do uso dessas novas tecnologias. Qual o grau de eficiência que os movimentos sociais internacionais atingem com o uso da internet, por exemplo? Existe possibilidade para se pensar então numa cidadania global, a partir da internacionalização dos movimentos sociais proporcionados pelas novas tecnologias?

Antes de responder essas questões, é preciso verificar, antes de qualquer coisa, qual a condição humana que possibilita a cidadania, ou seja, apesar de haver um grande número de indivíduos que participam ativamente nos movimentos sociais, ainda a grande maioria passa longe da participação política. Por quê? Todos são cidadãos perante o Estado, porém, poucos exercem o direito de serem partícipes.

O problema em torno da compreensão sobre a cidadania e participação política vai muito além da satisfação das necessidades materiais dos indivíduos. Por isso a via teórica de Rawls é problemática ao não perceber a necessidade de se refletir sobre as potencialidades do espaço público, como condição essencial para a cidadania e para a participação política efetiva.

---

<sup>8</sup> O termo ONGs - Organizações Não Governamentais, surge pela primeira vez nos documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) no fim da década de 1940. Referia-se a organismos de caráter privados que adotavam ações sociais financiadas por órgãos públicos (MEKSENAS, 2002, p. 180).

Na tentativa de se refletir sobre o problema da falta de uma cidadania ativa, bem como, fundamentar teoricamente a participação política a partir de uma teoria da condição humana, o presente trabalho encaminha-se para o segundo capítulo. Nele, pretende-se investigar no viés do pensamento de Hannah Arendt, qual a condição humana o sujeito se ampara para poder participar ativamente da política e qual a concepção de espaço público, segundo Arendt.

## Capítulo 2: Conceito de espaço público em Hannah Arendt

Tendo em vista promover uma apropriação teórica das principais contribuições de Arendt acerca do conceito de espaço público, é preciso, resumidamente, percorrer a trajetória do desenvolvimento do pensamento dessa autora. Para isso, foram selecionadas duas obras principais que nortearão o desenvolvimento desta análise: “Origens do Totalitarismo” (1951) e “A Condição Humana” (1958).

A obra de 1951 foi selecionada tendo em vista ressaltar as condições sociais e políticas que tornaram propícias o surgimento do Totalitarismo. A questão pertinente subjacente à análise é saber qual a consequência do advento totalitário para o espaço público. Já a segunda obra foi selecionada para a presente dissertação devido ao fato de que é nela que Arendt fornece conceitos para descobrir a origem, a partir das esferas da *vita activa*, da ascensão do regime totalitário.

Com isso, a partir de quais atividades humanas repousam a propensão para a prática do mal que leva a legitimação da institucionalização do terror? Por outro lado, de que forma os homens afastam a possibilidade para o mal, contribuindo para as condições de uma sociedade que prevaleça a livre iniciativa? São essas questões que encaminharão para uma leitura mais cuidadosa sobre as contribuições de Arendt para o objeto desta dissertação.

### 2.1- O Totalitarismo e a sociedade de massa

Nesse primeiro momento, torna-se relevante destacar duas questões que nortearão o desenvolvimento deste tópico: qual o contexto sócio-político alemão no período anterior à ascensão totalitária e que condicionou o surgimento do mesmo? Quais os meios utilizados pelo movimento totalitário para se ascender como regime político? O resultado das reflexões acerca dessas questões permitirá uma melhor compreensão do conceito de espaço público em Hannah Arendt, já que ela constrói esse conceito levando em conta o sofrimento que ela própria vivenciou como judia alemã refugiada do nazismo.

Todo o desenvolvimento teórico de Hannah Arendt é fruto de suas inquietações e experiências vividas. Com isso, a autora dedicou a primeira obra de sua carreira acadêmica com o objetivo de descortinar as raízes<sup>9</sup> que levaram ao advento do Totalitarismo, como uma nova forma de governo e dominação fundamentados na “organização burocrática de massas, no terror e na ideologia” (LAFER, 2003, p. 25).

O Totalitarismo, entendido como um fenômeno moderno, necessita de novas categorias que dêem conta de compreendê-lo na sua totalidade. Com essa preocupação, Hannah Arendt promove uma inovação teórica por meio de uma sofisticada revisão da tradição do pensamento clássico da política. “A tradição ocidental não tinha nem categorias, nem respostas, pois o totalitarismo apareceu tanto como um desdobramento da utopia capitalista, quanto da utopia socialista, conforme mostram as suas vertentes nazista e stalinista” (2003). Hannah Arendt percebe essa lacuna e desenvolve novos conceitos, por meio dos quais, a autora possibilita uma melhor elucidação do tema.

Com a publicação da obra em 1951, Arendt investiga a gênese do fenômeno totalitário, partindo do pressuposto de que ele advém, de um lado, do anti-semitismo moderno e do outro, do imperialismo. Segundo Celso Lafer, O primeiro é

fruto das tensões entre Estado e Sociedade Civil, que surgiram na Europa a partir da Revolução Francesa, com a expansão da igualdade e a extensão da cidadania. Neste processo, os judeus, porque estavam vinculados ao fortalecimento do Estado, absorveram e catalisaram as irritações da Sociedade Civil. (LAFER, 2003, p.25).

O anti-semitismo serviu de base para a propaganda totalitária que percebeu claramente o distanciamento do povo judeu com o resto da sociedade e criou formas de manipulação que colocava o judeu como o pivô da crise que a Alemanha vivia no período entre - guerras.

---

<sup>9</sup> Quanto às raízes do totalitarismo de esquerda (soviético), Arendt discute essas questões em obras que ainda não foram traduzidas para o português, tais como: Karl Marx and the Tradition of Political Thought; Karl Marx and the Tradition of Western Political Thought: the Modern Challenge to Tradition e Karl Marx and the Tradition of Western Political Thought: The Modern Challenge to Tradition (2ª versão). Em português existem duas obras escritas por comentaristas de Arendt que tratam desta questão: 1) André Duarte – O pensamento à sombra da ruptura – política e filosofia em Hannah Arendt (Paz e Terra, 2000) e 2) Hannah Arendt & Karl Marx – O mundo do trabalho (Eugênia Sales Wagner, Ateliê Editorial, 2000).

Já o imperialismo foi o “resultado da emancipação política da burguesia e surge quando esta deixa de se dedicar aos seus negócios privados e assume a gestão do Estado na Europa”. (2003, p.26) A prática do imperialismo, como forma de administração política burguesa, provocou as condições que propiciaram o advento totalitário: o racismo, o expansionismo e a burocracia. O primeiro, fez com que o europeu se tornasse cada vez mais insensível com outros povos, o que construiu um terreno fértil para a prática do genocídio. O expansionismo refere-se à pretensão totalitária de se internacionalizar. E por fim, a burocracia, foi o meio encontrado pelos burgueses de administrar a sociedade de forma cada vez mais autônoma e eficaz, excluindo cada vez mais a sociedade do poder, pois apenas os mais competentes poderiam ocupar cargos públicos.

A partir desses breves apontamentos referentes às circunstâncias criadas para o surgimento do fenômeno totalitário, é imprescindível uma análise mais próxima da obra de Hannah Arendt com o objetivo de compreender melhor a visão da autora sobre o tema proposto e aprofundar ainda mais nas condições que criaram um terreno fértil para o Totalitarismo.

Uma das formas de explicar a ascensão do regime totalitário é através da relação que Arendt estabelece entre o regime e as “massas”, na medida em que o primeiro é dependente do segundo. Uma das ferramentas mais eficazes construído para convencer as massas foi a propaganda, a qual, será tratada com mais acuidade posteriormente.

Diferente de muitos que tentam explicar o fenômeno do totalitarismo, Hannah Arendt não atribui à propaganda como o principal fator que determinou o surgimento do mesmo. Mas sim, como mais um dentre vários elementos que auxiliou na construção do contexto propício para que o movimento se efetivasse como regime político. O que leva as pessoas legitimarem tamanha violência? O que faz um cidadão comum se transformar num soldado de Hitler? Segundo Arendt, é a futilidade.

Arendt lembra que quando um membro de um partido nazista tem a intenção de se promover e adquirir status, é o que impulsiona um homem a cometer atos violentos. Essa impulsividade repousa no que ela chama de normalidade: na ausência de total reflexão, de princípios ou valores éticos, sobra o vazio que faz com que o indivíduo deixe de se preocupar ou de levar em conta a vontade alheia<sup>10</sup>.

É na tentativa de se ascender dentro do partido, por meio do respeito e

---

<sup>10</sup> O conceito de Banalidade do Mal e a forma como ele é construído no pensamento de Arendt, será discutido posteriormente.

reconhecimento, que o membro comum do grupo passa a praticar atos violentos. Segundo Hannah Arendt, a consequência direta disso é a destruição da própria capacidade de sentir e principalmente de perceber o outro. Do ponto de vista histórico, essa deturpação do homem em enxergar o outro, e sim apenas as suas necessidades enquanto indivíduo, é resultado de uma crise estrutural dos regimes democráticos europeus logo após a I Guerra Mundial, como disse Hannah Arendt: “Depois da I Guerra Mundial, uma onda anti-democrática e pré-ditatorial de movimentos totalitários e semi-totalitários varreu a Europa” (2004, p. 358).

Devido à crise nas instituições democráticas europeias no período entre - guerras, houve uma profunda perda significativa, por parte dos cidadãos, do interesse em participar da política, sendo que aos poucos, foram se tornando cada vez mais “indiferentes com a política e ao mesmo tempo não se organizam politicamente em torno de um partido” (2004, p. 361). O termo “massa”, sendo uma das categorias centrais no pensamento da autora, define justamente essa característica marcante numa sociedade, em que as pessoas se conformam com a situação e se fecham em suas vidas privadas. Segundo Hannah Arendt, a sociedade de massa, constituída por seres incapazes de pensar em termos coletivos, foi um dos fatores que criaram as condições propícias à ascensão do movimento totalitário ao poder.

Massa foi a forma pela qual, os responsáveis pelo controle dos meios de comunicação nazista por meio da produção e veiculação da propaganda totalitária, encaravam a sociedade: como seres passivos, objetos de manipulação para o regime e para o “bem” da Alemanha. Essa concepção foi a que orientou o nazismo na construção de sua propaganda que veiculava nos meios de comunicação: a superioridade dos argumentos nazistas geralmente fundamentados na ciência criavam a imagem de uma Alemanha digna de liderar todo o bloco europeu através do controle sistemático das massas.

No momento anterior à instalação do regime totalitário, enquanto este constituía-se como um movimento político, tanto o nazismo quanto o comunismo após 1930, recrutaram boa parte dos seus membros junto à massa. Pois os mesmos eram facilmente convencidos (por razões aqui já apontadas) em aderir a métodos violentos e não persuasivos.

Segundo Hannah Arendt, o regime democrático alemão não conseguiu evitar o totalitarismo devido ao fato de que “as massas, politicamente neutras e indiferentes, podiam facilmente construir a maioria num país de governo democrático, e que,

portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceitas por uma minoria” (2004, p. 362).

Outro fator importante apontado por Arendt que contribuiu para a ascensão do Totalitarismo ao poder, foi o colapso do sistema de classes, tanto na Alemanha quanto na Rússia. Ou seja, a massificação da sociedade que pode ser explicada pela “sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia, gerou apatia, e até mesmo hostilidade em relação à vida pública, não apenas entre as camadas sociais exploradas e excluídas da participação ativa no governo do país, mas acima de tudo entre a sua própria classe” (2004, p. 363). Como consequência, o indivíduo gastava energia competindo, e dessa forma, afastava-se dos “exercícios dos deveres e responsabilidades do cidadão”, por isso, as pessoas adotaram o pensamento de que a participação política era uma “perda desnecessária do seu tempo e energia” (2004, p. 363).

Do ponto de vista da representatividade, a burguesia era a única representada no Parlamento, já a massa, tomada pela apatia e desarticulação política, não possuía nenhuma representatividade junto às esferas de poder. Logo, a atuação política foi reduzida ao mero serviço público, ocupado pela burguesia, havendo uma significativa diminuição de um “corpo político de cidadãos que se sentissem individual e pessoalmente responsáveis pelo governo do país” (2004, p. 364). A consequência da diluição das classes, ou até mesmo o desaparecimento delas, fez com que houvesse uma crise de representatividade partidária.

Para que as massas fossem convencidas, diante de tanta imobilidade e indiferença, era necessário que os partidos totalitários apelassem ideologicamente nas suas propagandas, na tentativa de agregar novos membros. Isso é fruto da consciência da “desimportância e da dispensabilidade que aos poucos deixam de ser expressões da frustração individual e tornava-se um fenômeno de massa” (2004, p. 365).

A sociedade de massa é incapaz de formar um interesse comum, sendo a única coisa compartilhada, e sendo isso que a torna massificada, é a apatia seguida de comodismo político. É interessante ressaltar que, para Hannah Arendt, as principais características do homem pertencente a uma sociedade de massa é o isolamento e a falta de relações sociais. Logo, o surgimento e crescimento de regimes totalitários depende “das condições específicas de uma massa atomizada e individualizada”. (2004, p. 368).

O Totalitarismo, enquanto regime político, promoveu a dominação irrestrita e sem limites de todas as possíveis atividades autônomas por parte dos cidadãos. Consequentemente há uma nítida perda de participação política devido à captação das

esferas de convivências autônomas na sociedade pelo regime Totalitário, e nesse sentido, o presente texto fará uma abordagem mais detalhada dos efeitos produzidos pelo Totalitarismo no espaço público num momento posterior.

Retomando à questão da adesão de pessoas junto aos movimentos totalitários, Hannah Arendt chama atenção pelo fato de que a “lealdade só é possível quando a fidelidade é esvaziada de todo o seu conteúdo concreto” (2004, p. 373). Ou seja, o que faz uma pessoa seguir as diretrizes de um movimento político fundamentado no uso da violência, seria justamente a lealdade em seguir as ordens. A lealdade sem limites, cega o indivíduo, fazendo com que este não enxergue as consequências dos seus atos, mas sim, apenas o que ele pode ganhar, dentro do partido em termos de reconhecimento e respeito. Com isso, Arendt resume essa questão numa frase comum da época: “minha honra é a minha lealdade” (2004, p. 374).

## **2.2- Propaganda e terror**

Uma das questões que mais chama atenção no Totalitarismo é a estreita relação entre a propaganda e o terror. Antes de continuar com o desenvolvimento deste tópico, é importante notar que Hannah Arendt, em sua análise da gênese do totalitarismo na Europa, passa pela diferenciação do movimento totalitário com o regime. Ela destaca o fato de que o primeiro se desacopla do segundo por meio da recusa, por parte de Hitler, em discutir os pontos de adequação dos interesses nazistas com os do partido, havendo então uma exclusão do diálogo.

Hitler, num de seus discursos, proferiu a seguinte frase que comprova esse fato: “Tudo o que vocês são, o são através de mim, tudo o que eu sou, sou somente através de vocês” (2004, p. 374). Neste trecho de uma das falas públicas de Hitler, percebe-se que ele personifica o poder através dos interesses das massas. Ele chama para si toda a responsabilidade de colocar em prática, de tornar real o sonho alemão de liderança mundial. Em contrapartida, o apoio do povo irrestrito é fundamental para o êxito. Dessa forma, Hitler afasta qualquer possibilidade do partido exercer o papel mediador entre o regime e os interesses sociais. Logo, aos poucos o diálogo, como um meio para a construção de consensos, gradativamente cede espaço à violência sem limites.

A violência instrumentalizada pelo regime transformou-se em terrorismo, o qual, atraiu tanto a *ralé* quanto os intelectuais. O terrorismo era visto como uma espécie de

“expressionismo político”, seguindo a filosofia de que era possível expressar pela violência toda frustração, ressentimento e ódio cego, gerados pela crise entre guerras, pelo fato da Alemanha ter se saído humilhada da Primeira Guerra Mundial. Logo, essa prática serviu principalmente para atrair novos adeptos à causa nazista, que consistia em reconstruir uma Alemanha forte e que conseguisse liderar, através da violência, todo o bloco europeu.

Como foi dito anteriormente, a propaganda foi outro grande meio encontrado pelo totalitarismo, tanto para se ascender ao poder, quanto para se manter como regime político. Hannah Arendt estabelece a relação entre a propaganda e a doutrina ideológica, sendo a primeira, direcionada tanto externamente, aos países não totalitários, quanto às camadas sociais também não totalitárias.

Já a doutrina ideológica é aliada direta do terror, o qual, cresce junto com os movimentos. Porém, o que chama atenção é que houve uma continuidade e até mesmo um acirramento no emprego do terror mesmo após a ascensão e estabilização do regime totalitário. E o ápice da empregabilidade do terror pelo regime deu-se nos campos de concentração, e nesse ponto, a propaganda totalitária desaparece e somente o terror prevalece. Como bem coloca Hannah Arendt, “o terror como substituto da propaganda alcançou maior importância no nazismo do que no comunismo” (2004, p. 393).

O terror, implementado pelo movimento nazista dirigia-se contra “pequenos funcionários socialistas ou membros influentes dos partidos inimigos” (2004, p.393) e teve efeito na população no sentido de convencê-la de que era mais seguro pertencer ao partido nazista do que ser leal à república.

Em termos de conteúdo da propaganda nazista e stalinista, a primeira baseava-se pelas “insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras contra todos os que não deram ouvidos aos seus ensinamentos” (2004, p. 394). Já a propaganda comunista “ameaça as pessoas com a possibilidade de perderem o trem da história, de se atrasarem irremediavelmente em relação ao tempo” (2004, p. 394).

A principal fundamentação útil à propaganda totalitária, foi o cientificismo, que se fez presente até o momento da ascensão ao poder, após isso, o regime abandona esse ponto de vista. O uso deturpado da ciência como fundamento para a manipulação das massas tinha como pretensão maior a previsibilidade, apoiada em pressupostos positivistas. Segundo Comte, o futuro pode vir a ser previsto cientificamente, e essa idéia advém do pressuposto de que o poder possui leis objetivas que podem ser descobertas (2004). É o chamado método da “predição infalível”, cujo objetivo era

tornar verdadeiras suas profecias e provar ao povo a eficácia do regime, tornando-o inquestionável, já que ele se baseia em preceitos científicos.

Outro aspecto que chama a atenção de Hannah Arendt como um dos meios úteis à propaganda totalitária, é o seu apelo à ficção, sendo algo extremamente buscado pelas massas justamente pela fuga da realidade. Nesse sentido, Arendt destaca, como consequência do uso da ficção pela propaganda, a perda do bom senso ou senso comum das massas. Um dos grandes objetivos da propaganda em adotar a ficção seria a construção de uma coerência, ou uma realidade palpável. Segundo a autora:

Antes de tomarem o poder e criarem um mundo à imagem da sua doutrina, os movimentos totalitários invocam esse falso mundo de coerências, que é mais adequado às necessidades da mente humana do que a própria realidade; nele através da pura imaginação, as massas desarraigadas podem sentir-se à vontade e evitar os eternos golpes que a vida e as experiências verdadeiras infligem aos seres humanos e às suas expectativas. A força da propaganda totalitária (...) reside na sua capacidade de isolar as massas do mundo real. (ARENDR, 2004, p. 402).

Nesse sentido, a autora na última frase da citação, destaca o fato de que as massas, cada vez mais isoladas e desprovidas de meios de convivência, tornam-se vulneráveis à propaganda totalitária por meio da destruição do senso comum, como foi apontado anteriormente. Esse é um dos pontos de destaque para análise das consequências do totalitarismo para o espaço público, que será analisado no último tópico do presente artigo.

E o último grande método apontado por Hannah Arendt na propaganda totalitária, mais especificamente no caso do nazismo, foi o anti-semitismo. Retomando o que foi dito no início deste texto: historicamente os judeus foram um grupo protegido pelo poder político, separados da sociedade. Com o advento do Estado-nação e a gradativa crise do mesmo (pós-Primeira Guerra Mundial), os judeus, não como classe, mas como um grupo diferente e alheio à sociedade, foi sendo assimilado pela mesma e com isso, foi-se construindo uma imagem negativa do povo judaico por parte da

sociedade. O movimento nazista percebeu essa problemática, de que o judeu era um grupo à parte da sociedade, e construiu um discurso fomentando o ódio ao judeu, como um povo traidor, não pertencente ao povo e culpado pela crise econômica que a Alemanha enfrentava no período entre guerras.

No contexto da propaganda nazista anti-semita, a estratégia utilizada para se responder a questão sobre qual seria o futuro papel do nazismo, foi o emprego dos “Protocolos dos Sábios de Sião”. O uso desses protocolos foi útil na organização das massas em torno do objetivo final, que seria a construção de um império mundial, a partir do princípio, alterado pelos nazistas, de que “tudo o que beneficia o povo judaico é moralmente correto e sagrado”, sendo reinterpretado da seguinte forma: “o direito é aquilo que é bom para o povo alemão” (2004, p. 407 e 408).

O ponto forte dos protocolos consiste em fazer a revolução a nível mundial, por meio da dominação dos povos pela organização. Com isso, os nazistas passavam a idéia, através dos protocolos, de que o primeiro povo a se organizar e combater os judeus, tomarão o lugar deles no mundo (2004, p. 409).

O termo *Volksgemeinschaft* concentra toda essa visão, fundamentada principalmente na absoluta igualdade dos alemães (igualdade de natureza), tornando os outros povos diferentes e passíveis de serem dominados. (2004, p. 410).

### **2.3- O Isolamento e o fim da esfera pública**

Um dos principais sintomas que caracteriza as sociedades contemporâneas é a solidão de massa. Tal fenômeno justifica a sua novidade pelo fato de que antes, a solidão era “sofrida geralmente em certas condições sociais marginais como a velhice, passou a ser, em nosso século, a experiência diária de massas cada vez maiores” (ALBINO, 2008, p.393).

A solidão cria o ambiente social propício para a instalação de regimes tirânicos devido ao esvaziamento do espaço público - a sociedade perde sua capacidade comunicativa de articular resistências. Portanto, isolamento, no regime totalitário, é a massificação da solidão, piorada pelo medo, pelo terror institucionalizado.

O terror, segundo Arendt, “só pode reinar absolutamente sobre homens que se isolam uns contra os outros e que, portanto, uma das preocupações fundamentais de todo governo tirânico é provocar o isolamento”. O isolamento, segundo ela, é o “solo

mais fértil e sempre decorre dele” (2004, p. 526). O que o isolamento causa nas relações sociais é a perda de potência, ou seja, da capacidade inata dos indivíduos de se articularem discursivamente. A sociedade isolada não se comunica, ela se deteriora pela perda de poder<sup>11</sup>. Para Arendt, os homens isolados são impotentes por definição” (2004, p. 526), ou seja, são incapazes de agir em conjunto e provocarem poder. Devido à inoperância do agir em conjunto fruto do isolamento, uma sociedade constituída por homens isolados é chamada pela autora de pré-totalitária.

Em definições arendtianas, um homem fabricante de coisas artificiais pode ser solitário, mas um *animal laborans* além de solitário é isolado de convivência. Pois o único interesse que guia as suas atividades é se manter vivo, isolando-se de outros seres humanos para isso. A massa corresponde a “laborização” social, em que indivíduos isolados com seus sentimentos de ódio, humilhação, solidão, etc., fornecem a chave de entrada para a doutrina totalitária. Mas é principalmente por meio do sentimento de solidão que o totalitarismo penetra na esfera da vida íntima dos indivíduos.

O termo “total” define a especificidade da tirania causada pelo totalitarismo em relação a outros governos tirânicos na história, porque ele invade inclusive e principalmente as esferas íntimas do ser humano, destruindo várias potencialidades humanas, sendo uma delas, a comunicativa: a faculdade humana de perceber e se relacionar com o outro e construir possibilidades para um mundo de convivência mútua. Logo, infere-se que a falta de comunicação, ou ao menos, a deturpação dela, provoca o ambiente para a instalação de regimes fundamentados na banalização do mal.

Até o presente momento, o texto preocupou-se em destacar as principais abordagens da obra “Origens do Totalitarismo” tendo em vista a relevância para a compreensão final do conceito de espaço público. Apesar deste conceito não ter sido o tema central da obra, percebe-se que a importância dele reside no fato de que se uma sociedade não construir condições para o espaço público, ela perde seu caráter de pluralidade, fazendo com que o ódio, nutrido na esfera privada, prevaleça e legitime o terror provocado pelo regime.

O vazio na participação política provocado pelo esvaziamento do espaço público destrói qualquer possibilidade de cidadania e junto com ela, formas de contestação social. A sociedade impotente, sem capacidade de articular-se discursivamente, legitimou o regime pelo comodismo privado, pela perda do interesse em se preocupar

---

<sup>11</sup> O conceito de poder em Hannah Arendt será abordado num momento posterior.

com questões políticas.

Essa falta de preocupação não ocorre somente no regime totalitário, mas principalmente antes dele. As pessoas privadas que não se reúnem publicamente contribuem para as condições de se instalar uma tirania. O homem que suspeita do seu vizinho ou teme em não retornar para casa após o trabalho, enfim, o medo da vida pública faz com que haja uma perda gradativa da comunicação como meio de perceber o mundo e criar formas de compartilhá-lo.

O domínio totalitário repousava na falta de participação política gerada pelo esvaziamento do espaço público devido à privatização social, e os meios de comunicação desempenharam um papel fundamental na busca pela legitimidade do regime por meio da propaganda. A massificação da sociedade alemã foi provocada principalmente pela propaganda totalitária que conseguiu colar no imaginário das pessoas, os interesses do totalitarismo com os sentimentos nutridos na esfera da solidão privada. A promessa totalitária de recuperar a alta estima nacional pelo “retorno” da Alemanha no cenário europeu depois que ela saiu “humilhada” da Primeira Guerra Mundial, é um exemplo do êxito totalitário em penetrar na vida íntima das pessoas e convidá-las à “participar” do regime através da aceitação passiva. Outro exemplo é o fomento do ódio ao judeu através da culpabilidade pela crise econômica alemã.

É importante reconhecer a eficiência, de um lado, dos meios técnicos de comunicação responsáveis pela produção e veiculação da propaganda, e do outro, e principalmente, da mensagem, ou os interesses que se escondiam atrás do “cientifismo”, por exemplo. Aqui não interessa uma análise dos pontos que “fundamentavam” a propaganda nazista, mas sim, os efeitos sociais, e mais especificamente no que diz respeito à participação política, ou a falta da mesma.

Nesse sentido, a falta de participação política gerada pelo esvaziamento da esfera pública e incentivado pelos meios de comunicação, é a condição social propícia à tirania. Esse contexto, apesar da sua especificidade alemã, até que ponto não se aproxima das atuais realidades das sociedades contemporâneas (como foi observado no início deste tópico)? A falta de participação política é típica de sociedades em que os interesses da esfera privada se sobrepõem às da pública. Com isso, várias questões importantes são formuladas a partir dessa linha de raciocínio: até que ponto a democracia da maioria é um regime que fomenta, que incentiva a participação política?

O que está em jogo é se as condições propícias que geraram o totalitarismo não estão sendo criadas nas sociedades atuais. Ou seja, qual o papel do espaço público nos

regimes democráticos modernos? Já que a única forma de evitar um regime tirânico é conferir poder comunicativo às instituições sociais por meio dos espaços públicos, então, qual a efetividade dos mesmos?

Essas questões são pertinentes na medida em que colocam em conflito, de um lado, o regime democrático de massas (que seria a alternativa à tirania) e do outro a participação política que, calcada na cidadania, deve conferir poder às instituições sociais. Porém, é preciso considerar que há uma variável a mais entre a relação conflituosa entre os dois pólos apontados acima já que ela exerceu papel fundamental para a ascensão da tirania: os meios de comunicação de massa. E nesse sentido, qual o papel dos *mass media* no conflito entre democracia e participação política?

Todas essas questões encaminharão as reflexões do presente trabalho, porém, dando continuidade à investigação do conceito de espaço público no pensamento de Hannah Arendt, o texto direciona-se à análise dos principais conceitos que compõem a teoria da Condição Humana com o intuito final de compreender a noção de participação política.

#### **2.4- A Condição Humana e as três esferas da *vita activa***

O presente texto fará uma breve apresentação sobre a teoria da Condição Humana, para localizar qual o contexto teórico se encaixa a noção de participação política no seu pensamento. Antes da apresentação, é importante salientar que a mesma permitirá obter um entendimento mais detalhado acerca dos principais conceitos que estruturam e norteiam as próximas reflexões da autora.

Arendt criou uma teoria para a compreensão do homem na sua *vita activa*, na obra “A Condição Humana” (1958)<sup>12</sup>. Segundo Arendt, são três elementos, ou três dimensões que compõem a *vita activa*: o *labor*, o *trabalho* e a *ação*. A dimensão do *Labor* é tomada pelo processo biológico do corpo humano, sendo a dimensão essencialmente das necessidades vitais. O motivo pelo qual ocorre esta atividade consiste na busca da satisfação das necessidades de sobrevivência ligada ao metabolismo do corpo humano. De modo que esta atividade encontra-se condicionada ao infinito ciclo vital ligado ao processo biológico. “A condição humana do labor é a

---

<sup>12</sup> Ano de publicação.

própria vida” (ARENDT, 2004, p. 15) Percebe-se então que o *Labor*, não permite em nenhum momento a participação política, pois a preocupação do assim chamado *homo laborans* é tão somente com relação a si próprio, com a manutenção da existência do seu corpo biológico no mundo.

Com relação à dimensão do *trabalho*, este consiste na produção de elementos artificiais capazes de ultrapassar o eterno ciclo vital, no qual a espécie humana se insere. O interesse por trás da atividade do *trabalho* é construir um mundo de coisas artificiais duráveis, que não sejam suscetíveis ao infinito ciclo biológico e, com isso, consigam sobreviver e permanecer no tempo. Há uma preocupação aqui com as próximas gerações<sup>13</sup>, o que não ocorre com o homem laborador. “A condição humana do trabalho é a mundanidade” (2004, p. 15) Logo, esta dimensão da *vita activa*, bem como a anterior, não se preocupam com questões de interesse comunitário.

E, por fim, a terceira e última dimensão da *vita activa* corresponde à *ação*, a qual é a atividade por excelência ligada à vida política, cuja preocupação fundamental pauta-se pela busca do bem comum. É a condição humana da *ação*, que leva em conta a pluralidade, bem como, o intercâmbio de idéias orientado ao interesse público. Para tanto, torna-se relevante destacar que nesta dimensão da *vita activa*, não há nenhum elemento mediador entre os homens, a não ser a própria linguagem. “A *ação* (...) corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (2004, p. 15).

## 2.5- Ação

A partir do exposto, percebe-se que no âmbito do conceito de *ação*, como atividade humana ligada ao interesse comum, encontra-se a noção de participação política, bem como, de esfera pública em Hannah Arendt. Pois, tanto o *trabalho*, quanto a dimensão da *produção*, enquadram-se no contexto da esfera privada. Somente a dimensão da *ação*, por ser motivada pela busca do bem comum através do uso do diálogo, contribui teoricamente, através do conceito de espaço público, para o entendimento acerca da participação política.

---

<sup>13</sup> Apesar da preocupação em construir coisas para as próximas gerações, a vida ativa do homem fabricante inscreve-se no âmbito do clã, do parentesco familiar, não havendo ainda um sentido de comunidade.

É interessante destacar que Arendt trabalha a noção de esfera pública a partir da retomada em relação à esfera pública da antiguidade clássica grega, a qual, era ocupada obrigatoriamente por homens livres, ou seja, por homens que não estivessem sujeitos à atividade do *Labor* e por isso tinham condições de atuar com questões de interesse público.

A ação no espaço público se dá pelo discurso entre os homens num espaço plural. Para tanto, no que diz respeito à pluralidade humana como elemento central do espaço público, Arendt chama atenção para um duplo aspecto que compõe este conceito: igualdade e diferença. Os homens compreendem a si mesmos porque são iguais, possuem a capacidade de realizar planos para o futuro com base em previsões das necessidades das gerações seguintes. Os homens fazem uso do discurso para comunicarem a si mesmos suas necessidades, seus anseios e pontos de vista. Ou seja, a capacidade para a ação discursiva é o ponto em comum, que coloca os homens em condição de igualdade, e as suas necessidades é o que os torna diferentes entre si. As diferenças são equacionadas discursivamente, como diz Arendt “Com simples sinais e sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e idênticas” (2004, p. 188).

A diferença emerge entre os homens somente no discurso, porque esse é o momento em que cada um torna-se ciente das necessidades do outro. Por meio do discurso e da ação “os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens” (2004, p. 189).

A ação produz feitos duradouros no mundo que se tornam objetos da história humana. Para Hannah Arendt, o homem somente é visto no mundo e desse modo deixa sua marca duradoura, por meio da ação discursiva, pois “É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento” (2004, p. 189). A ação inicia algo novo no mundo, devido à imprevisibilidade dos atos, por isso, a noção de “iniciativa” é um dos elementos que estrutura o conceito de *ação*.

Agir, no sentido mais geral do termo, significa tomar iniciativa, iniciar (como indica a palavra grega *archein*, -começar-, -ser o primeiro- e, em alguns casos, -governar-), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*). Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens

tomam iniciativas, são impelidos a agir.  
(ARENDRT, 2004, p. 198)

O que se deve destacar na noção de "iniciativa" é a novidade, a qual, seguida da imprevisibilidade que vai contra a "esmagadora força das leis estatísticas e de sua probabilidade que, para fins práticos e cotidianos, equivale à certeza; assim, o novo sempre surge sob o disfarce do milagre" (2004, p. 191). O homem, dotado da capacidade da *ação*, pode-se esperar dele sempre algo novo nesse sentido, logo, é isso que o faz como um ser singular, de modo que cada nascimento e cada *ação*, espera-se o improvável. Seguindo essa linha, a *ação*, tida como o início, está ligada com a natalidade, e o discurso é a "condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais" (2004, p. 191).

A *ação* deve vir sempre acompanhada do discurso senão perderia sua capacidade reveladora, como coloca Hannah Arendt "em lugar de homens que agem teríamos robôs mecânicos a realizar coisas que seriam humanamente incompreensíveis" (2004, p. 191). Logo, a *ação* só pode ter um início efetivo por meio das palavras. Na medida em que o homem se manifesta por meio do uso da palavra, ele se revela, mostra sua identidade pessoal e desse modo é visto no mundo humano por outros seres que também fazem uso da palavra. Essa *ação* discursiva, reveladora, que garante visibilidade do homem perante ao mundo, só é possível num espaço próprio para o desempenho desse tipo de atividade que leva em conta a pluralidade humana: o espaço público. Arendt demonstra isso com clareza na seguinte passagem: "a *ação* requer, para sua plena manifestação (...) e que só é possível na esfera pública" (2004, p. 193).

E por fim, um último aspecto que chama a atenção no contexto do conceito de espaço público na visão de Hannah Arendt, é a centralidade da comunicação, ou ainda, a postura dialógica em que os atores exercem no espaço público. Na medida em que os atores se comunicam tendo em vista a obtenção de um acordo que beneficie a todos, o resultado disso constrói condições de autoridade<sup>14</sup>, a qual, garante a legitimidade das instituições.

Celso Lafer, numa passagem de sua principal obra dedicada aos estudos sobre o pensamento de Hannah Arendt, resume o que foi exposto:

---

<sup>14</sup> Autoridade deriva do verbo latino *augere* – aumentar, acrescentar, logo, a *ação* conjunta acrescenta legitimidade à vida das instituições.

Restaurar, recuperar, resgatar o espaço público que permite, pela liberdade e pela comunicação, o agir conjunto, e com ele a geração do poder, é o grande tema unificador da reflexão de Hannah Arendt. (LAFER, 2003, p. 35)

A questão da comunicação não é apenas um elemento estruturante do conceito de espaço público arendtiano, muito mais que isso, a comunicação faz com que toda a obra de Hannah Arendt seja aberta, livre para estudos e interpretações a partir de diversos pontos de vista, enriquecendo ainda mais o legado teórico da autora, como coloca Lafer: “Esta crença na comunicação confere à obra de Hannah Arendt um caráter aberto, muito distante das imputações dogmáticas que lhe foram atribuídas por alguns de seus críticos” (2003, p. 68)

## **2.6- Violência, Banalidade do Mal e as Conseqüências para a Participação Política**

Como foi posto acima, a ação fundamenta-se na condição da pluralidade. É o meio pelo qual o homem relaciona-se com outros pelo diálogo livre de coerções. É preciso que o homem se desvencilhe das rédeas da esfera privada, das atividades impostas pelo *homo laborans* e *homo faber*, para, então, poder atuar no espaço onde todos são vistos. Só assim o homem entra para a história, quando ele deixa sua marca por meio da iniciativa do discurso.

O poder, enquanto capacidade argumentativa no espaço plural, confere legitimidade às instituições sociais. Logo, a violência seria então o contrário: a destruição da condição da pluralidade humana, pois os indivíduos passam a estabelecer relações norteadas pelo medo e desconfiança uns com os outros. Por exemplo, a propaganda nazista que divulgava a superioridade da raça ariana, contribuiu para destruir a pluralidade, devido à busca ilimitada pela uniformização de pensamento, pela padronização de comportamento, sendo o cidadão ideal aquele que aceitava passivamente, para o bem comum, a imposição do regime totalitário. Sem a condição de pluralidade não há espaços públicos, não há qualquer possibilidade de participação política, e sem esta, o terror reina em absoluto numa sociedade dominada pelo medo.

A questão chave para entender o fim do espaço público, e conseqüentemente, o fim da participação política, é a política do isolamento adotado pelo regime totalitário e veiculado massivamente nos meios de comunicação (como já foi discutido anteriormente). Logo, a propaganda totalitária contribuiu para acirrar ainda mais a banalidade do mal e fazer com que o alemão se transformasse cada vez mais num ser “normal”, passivo e receptivo às imposições do regime.

Esse é um ponto pertinente, pois Hannah Arendt, ao relatar o caso do julgamento de Eichmann em Jerusalém para um jornal, descobriu que o que leva um indivíduo a adotar práticas violentas ou até mesmo legitimá-las, é a sua condição de normalidade, de superficialidade. O cidadão normal, aquele que se sente honrado em seguir as ordens passivamente sem reflexão, é o substrato da sociedade de massa. Não é somente um homem laborador isolado e aterrorizado que constitui o terreno fértil para o totalitarismo. Como já se não bastasse, esse homem possui em si uma normalidade que Arendt costumava chamar de monstruosa. Por isso a monstrosidade repousa na normalidade: quanto mais comum um cidadão, mais ele carrega dentro de si as possibilidades para seguir ordens honradamente, as quais, não importa se elas levam a práticas violentas.

Sendo assim, Arendt em diversas passagens da obra constata a normalidade de Eichmann: “Meia dúzia de psiquiatras haviam atestado a sua normalidade” (1999, p. 37) chegando a ser um indivíduo “não apenas normal, mas inteiramente desejável”. Durante toda a obra, Arendt ressalta as características da personalidade de Eichmann na tentativa de encontrar alguma justificativa para a prática de tamanha monstrosidade praticada contra os judeus. Mas mesmo assim ela o define como “uma pessoa normal, nem burra, nem doutrinada, nem cínica, pudesse ser inteiramente incapaz de distinguir o certo do errado” (1999, p. 38).

A massificação social é um fenômeno típico das sociedades contemporâneas que corresponde a uma sociedade formada por seres banais, passivos. Mas a banalidade do mal existe na medida em que a sociedade se vê cada vez mais isolada, mergulhada em suas esferas privadas e nutrindo sentimentos que deturpam as relações humanas. Logo, os dois fenômenos de massa que propiciam a tirania é a solidão que provoca o isolamento e a normalidade que leva à irreflexão.

Uma das conseqüências da falta de reflexão e comunicação pública como

fenômenos de massa, é a lacuna que se abre “Entre o Passado e o futuro” (1954)<sup>15</sup>. À medida que a esfera das necessidades privadas foi substituindo a esfera pública, o homem vai perdendo sua capacidade de se comunicar e construir consensos em torno de interesses coletivos. O homem, cada vez mais voltado para a esfera privada, ou seja, para satisfazer as necessidades do *animal laborans*, perde suas potencialidades comunicativas e com isso, a sociedade é o espaço por excelência das necessidades vitais, mundanas, fúteis.

Devido a essa perda de comunicação entre os homens, verifica-se uma crise no sentido de que o homem não consegue mais estabelecer consensos para construir um futuro que possa ser compartilhado. É nesse sentido que existe um abismo entre o passado e o futuro: os homens deixam de comunicarem uns com os outros inviabilizando a esfera pública. E conseqüentemente, ficam impossibilitados de planejar o futuro em conjunto, que seria bom para todos. O animal laborador e o animal fabricante não possuem a faculdade de pensar em conjunto, não conseguem construir condições de poder e com isso as instituições “públicas” tornam-se destituídas de autoridade perante o público (já que este se encontra disperso ou demasiadamente ocupado nas suas esferas privadas). Logo, o futuro (como algo que seria bom para todos), devido à falta de comunicação entre os homens, está cada vez mais distante das possibilidades dos homens em construir o bem comum, gerando um sentimento de angústia generalizado.

Com a perda da capacidade argumentativa, a participação política resume-se, de um lado: os cidadãos tornam-se apenas legitimadores passivos do regime, se for tirânico, basta aceitá-lo através do silêncio provocado pelo medo. De outro, se for um regime democrático representativo, basta votar. Ambas são formas instrumentais de participação política: serve apenas para legitimar o sistema político. Porém, há um elemento importante no conceito de espaço público capaz de ultrapassar a instrumentalidade das relações políticas, e recolocá-las sob um outro patamar.

---

<sup>15</sup> Ano de publicação da obra.

## 2.7- Cidadania como espaço plural da participação política

Cabe agora discutir com base na exposição sobre o pensamento de Arendt, as principais contribuições dessa autora para a compreensão da noção de participação política. Antes de qualquer coisa, é preciso retornar à questão problema norteadora desta dissertação, que consiste na tentativa de se compreender as possíveis relações entre mídia e cidadania a partir da noção de participação política.

Verificou-se no primeiro capítulo que existem dois conceitos de cidadania: cidadania passiva e cidadania ativa. A primeira diz respeito ao conjunto de direitos outorgados pelo Estado aos membros da sociedade. Ou seja, todo indivíduo é reconhecido cidadão na medida em que ele recebe os direitos, os quais, colocam em condição de igualdade com outros cidadãos do Estado nacional. O auge da cidadania passiva seria o momento da escolha dos representantes. Nesse sentido, o Estado apropria-se dos indivíduos, por meio da cidadania passiva, para se legitimar perante a sociedade.

Por outro lado, verificou-se que há um outro conceito de cidadania: a cidadania ativa. Esta extrapola os limites da cidadania imposta pelo Estado, pois ela encontra-se na sociedade civil engajada. Como bem diz Maria de Lourdes M. Couvre, na sua obra “O que é cidadania?”: “Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão” (2007, p. 10). Ou seja, só existe cidadania ativa se houver de fato participação política.

Mas qual, do ponto de vista de Arendt, a condição o indivíduo precisa se encontrar para que ocorra participação política? O homem trabalhador que ocupa praticamente todo o seu tempo de vida com atividades voltadas para a própria sobrevivência, não pode se articular com outros indivíduos e se mobilizar ou engajar-se em algum movimento político. O principal motivo não é a falta simplesmente de tempo que não permite o *homo laborans* a ser um partícipe. E sim, é a falta do exercício da razão pública ou razão compartilhada no espaço público.

Segundo Arendt, o homem isolado, como ocorreu na sociedade totalitária de Hitler, é incapaz de ser um cidadão ativo. Já que, na Alemanha totalitária, a sociedade era formada por cidadãos passivos, ou seja, indivíduos cuja honra era seguir as ordens do tirano. O medo provocava a aniquilação do pensamento crítico dos cidadãos alemães, e isso provocava o esvaziamento das esferas de convivência pública.

A ausência de espaços onde os cidadãos poderiam se reunir e produzir uma comunicação crítica solapava qualquer possibilidade de participação política. Os indivíduos atomizados pelo medo, se resumiram em animais laboradores que legitimavam um regime dominado pelo terror absoluto. Foi retirado do cidadão alemão não apenas a faculdade de se articularem publicamente, mas praticamente, a faculdade de pensamento, de reflexão.

Percebe-se que na Alemanha de Hitler não houveram somente indivíduos resumidos em cidadãos passivos, mas sim, em indivíduos atomizados, paralisados, cuja a única atividade era tão somente sobreviver em meio ao horror. Arendt evidenciou uma nítida relação muito estreita entre o regime totalitário de um lado e de outro a passividade dos indivíduos. Ou seja, o regime tirânico de Hitler se alimentou da atomização dos membros da sociedade.

O que ocorre na democracia é justamente o contrário, pois ela se alimenta na participação dos indivíduos. Logo, a condição para que ocorra a cidadania ativa, é a possibilidade de construção de espaços onde os indivíduos possam se expressarem e produzirem pensamentos críticos em relação ao regime vigente. Ou seja, a forma pela qual se verifica o grau de uma sociedade democrática é por meio dos espaços compartilhados comunicativamente entre os cidadãos, os quais, produzem uma participação política ativa, livre e autônoma.

Seguindo o viés do pensamento de Arendt, não há como pensar numa cidadania ativa fora do contexto de pluralidade. Pois é no espaço plural que os indivíduos compartilham a mesma necessidade de se comunicarem uns aos outros, e é por meio da comunicação que as diferenças entre eles surgem, e com isso cria-se a possibilidade do consenso. Como a própria Arendt coloca na sua obra “A Condição Humana”:

Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus antepassados, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. Com simples sinais e sons poderiam comunicar as suas necessidades imediatas e idênticas. (2004, p.188)

A pluralidade humana é a condição para a cidadania e a comunicação é o meio pelo qual os cidadãos tornam-se de fato ativos e constroem o espaço público que é o lugar por excelência da participação política. Dessa forma, a grande protagonista da participação política é a comunicação, ou a forma como os indivíduos fazem uso dela tendo em vista a busca do entendimento recíproco.

As contribuições de Arendt para entender a cidadania a partir da noção de participação política são fundamentais na medida em que ela cria um sistema de idéias e conceitos que definem as atividades humanas levando em conta a centralidade da comunicação nas relações humanas: é na ação que o homem faz uso da comunicação não como instrumento de poder ou mera retórica, mas sim, o valor dela está em si mesma.

O espaço público em Hannah Arendt funda a noção de participação política, como ação discursiva compartilhada pelos sujeitos num espaço plural. A cidadania, nesse contexto, é vista como a possibilidade dos sujeitos por meio do discurso, criarem condições de emancipação humana. Uma sociedade emancipada quer dizer uma sociedade constituída de membros que orientam suas atividades na busca do bem comum. É uma sociedade democrática, participativa e que valoriza a pluralidade entre os indivíduos.

Apesar de todas as contribuições teóricas que Arendt fornece para a compreensão da cidadania, como participação política no espaço público, ela ainda está presa no contexto do pensamento frankfurtiano. Este, por sua vez, pressupõe a via de mão única, por parte da Indústria Cultural, sobre os indivíduos. Sendo que, a sociedade de massa, como foi discutido no capítulo primeiro, é uma sociedade dotada de membros incapazes de pensamento crítico. É uma sociedade uniformizada, de homens laboradores e fabricantes, que estão a mercê do poder da Indústria Cultural.

Por isso, se for analisar a cidadania em contraposição aos meios de comunicação no pensamento de Arendt, a conclusão que se chega é que eles são incapazes de criar formas de resistência frente ao poder da mídia. Essa paralisação dos indivíduos diante dos conteúdos dos meios de comunicação esvazia qualquer possibilidade de refletir as relações contraditórias entre mídia e cidadania. No viés de Arendt, a relação é marcada somente por dominação da segunda em relação á primeira.

Mas até que ponto os cidadãos são meros objetos de dominação dos meios de comunicação? Não há possibilidades de se pensar a cidadania a partir dos conteúdos

veiculados nos meios de comunicação? Qual o papel da opinião pública, na relação entre mídia e cidadania? A comunicação no pensamento de Arendt tem pouca importância na medida em que os indivíduos entram em contato com a Indústria Cultural. Sendo assim, é preciso enxergar novas possibilidades para a ação discursiva levando em conta a comunicação como princípio que não se perde, ou não se enfraquece na medida em que os cidadãos possuem a capacidade de linguagem em qualquer contexto social independente da influência exercida pelos meios de comunicação.

A perspectiva teórica que reconhece a comunicação como capacidade ou habilidade humana para se chegar a consensos, é a de Jürgen Habermas, na sua Teoria da Ação Comunicativa. Porém, é preciso destacar que a ideia de consenso em Habermas é uma possibilidade, pois, para que haja consenso, é preciso antes haver dissenso suficiente. Os indivíduos precisam estar num ambiente plural em que os sujeitos se reconheçam a partir das pretensões de validade. Esse reconhecimento intersubjetivo é a condição para o entendimento recíproco e o consenso é uma possibilidade da interação lingüística entre os atores.

A possibilidade do entendimento é fruto de um tipo específico de razão compartilhada entre os sujeitos. É na linguagem que se manifesta a razão orientada a consenso, e que, por sua vez, abre novas possibilidades para se enxergar a cidadania na perspectiva da noção de participação política.

Por isso, é importante retornar a questão problema desta dissertação: qual a relação entre mídia e cidadania a partir da noção de participação política? Tendo em vista a compreensão desta relação, se faz necessário entender a noção de participação política sob o patamar da Teoria da Ação Comunicativa. Sendo assim, o próximo capítulo pretende analisar as principais discussões e contribuições teóricas de Habermas que possam auxiliar na compreensão da noção de participação política, a qual, servirá de referência para entender a relação entre meios de comunicação e cidadania.